

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Psicologia
Programa de Pós Graduação em Psicologia

MEMÓRIA SEMPRE-VIVA
Território, Conflitos e Modos de Existência na Serra do Cipó

Maria Cecília Freitas de Souza

Niterói
2017

Maria Cecília Freitas de Souza

MEMÓRIA SEMPRE-VIVA

Território, Conflitos e Modos de Existência na Serra do Cipó

Texto apresentado à Banca examinadora da Universidade Federal Fluminense, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob orientação da Prof^ª Dr^ª Katia Faria de Aguiar

NITERÓI
2017

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

F862m Freitas de Souza, Maria Cecília
MEMÓRIA SEMPRE-VIVA Território, Conflitos e Modos de
Existência na Serra do Cipó / Maria Cecília Freitas de
Souza; Kátia Faria de Aguiar, orientadora. Niterói, 2017.84 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2017

1. Conflito Ambiental. 2. Povos Tradicionais. 3. Memória.
4. Território. 5. Produção intelectual. I. Título II
5.Faria de Aguiar,Kátia, orientadora. III. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de Psicologia.

CDD -

Bibliotecária responsável: Angela Albuquerque de Insfrán - CRB7/2318

Às vítimas da chacina de Cachoeirinha

AGRADECIMENTOS

Sair de um território conhecido, ancorada pela família e permeada de amigos... Adentrar-me em um universo diferente, uma cidade grande, nova, completamente estranha e com modos de vida bem distintos do que era acostumada, não foi nem um pouco fácil. Essa travessia só foi possível com a presença e participação de pessoas muito especiais.

Agradeço a todos os moradores da Serra do Cipó, que se sentaram comigo, disponibilizaram o seu tempo, falaram das suas dores, alegrias, histórias e memórias. Esse trabalho é nosso. Sem vocês nada disso seria possível, aprendi e aprendo muito com vocês! A luta continua, sigamos!

Agradeço à minha mãe, Walda, mulher de fibra e coragem. Não mediu esforços em nenhum momento para a minha permanência nessa cidade. Mãe, você me ensina a cada dia como crescer e criar um corpo para dar conta do inusitado. Obrigada! Pelo dinheiro, pelo colo, por ser minha amiga e amadurecer comigo. “Carro apertado é que canta”!

Agradeço ao meu pai, Jefferson, obrigada por sempre cuidar de mim, por acreditar em minhas forças. Por me mostrar que o meu ninho sempre estará disponível. Não seria possível esta caminhada sem a sua presença! “Motorista, leve bem a minha filha, ela passou em um mestrado no Rio de Janeiro”.

Má, agradeço por estar sempre comigo, por me dar um Danete a 855 km de distância... Você é assim, sempre cuidou de mim, nunca me deixou faltar nada! Eu fico tranquila aqui, porque sei que tenho você aí! Te amo. Gato, Teh e Gael, obrigada! Obrigada por fazer o meu ano ainda mais feliz, esse presente em minha vida, ser tia! Amo vocês sem medida. Obrigada, Vânia, minha segunda mãe, por sempre acreditar em mim e saber que daria conta, mesmo quando me faltavam forças para continuar.

Tavinho, Obrigada! Obrigada por ser meu companheiro, por me dar a mão! Obrigada por me ajudar a fazer do Rio de Janeiro um lar. Você foi o meu lar! Sem você nada disso seria possível! Obrigada pela paciência, pela sabedoria e teimosia. Você me ajudou a crescer. Te amo.

Agradeço aos meus amigos de Montes Claros que nunca me deixaram sozinha. Vini, Mary, Diogo, Alemão e Zé, obrigada por sempre lerem o que eu mandava. Obrigada pelas dicas, colos, sermão. Obrigada por me ouvir chorar, reclamar, pedir! Amo vocês que nem sei falar!

Chego ao Rio de Janeiro e encontro uma casa, na verdade uma Kzona! Meninos da Kzona, obrigada por estarem sempre comigo. Lú, Marília, Cadu, Diogo, Camila, Roxa, Luiza,

Jota... E Bibi, o anjo que Deus enviou em minha vida, sem você eu não teria passado no mestrado, sem você eu não teria continuado no mestrado, Te amo!

Agradeço à minha orientadora Kátia, que entendeu meu modo de caminhar devagarinho e constante. Obrigada, querida, por caminhar comigo. Por me escolher e topou essa travessia. Você é maravilhosa! Agradeço a Alice pelas caronas, pelas palavras, pelo colo, por me ouvir, ler meu texto e acreditar em mim. Obrigada por cuidar de mim da sua maneira! Você deixou a minha caminhada mais prazerosa!

Stallone, Dani, Diana, Vivi, Gabis, obrigada! Obrigada por ajudar na construção e percepção de um corpo negro. Vocês me deram força, juntos seguimos. Estão guardados para sempre em meu coração! Catiúscia, meu amor, você chegou de mansinho. Quem é essa menina do Rio Grande do Sul que me conquistou? Obrigada por me ler, por me acolher, por chorar comigo. Obrigada por confiar o Gov aos meus cuidados. Você é uma linda! Amiga pra toda vida.

Agradeço aos meus pacientes, por me fazerem compreender a clínica, por fazerem entender a minha pesquisa e escrita! Obrigada.

Agradeço por fim, a Deus, que sempre esteve comigo me dando forças para continuar, sua Ciência é grandiosa, que não alcanço de tão alta. A minha mãe Oxum, que me segurou a mão e me fortaleceu, mostrando a mulher confiante e sagaz que eu era. Ao meu Caboclo Sete Folhas, que tanto tem me ensinado! Asè.

“O que sabemos dos lugares é coincidirmos com eles durante um certo tempo no espaço que eles são. O lugar estava ali, a pessoa apareceu, depois a pessoa partiu, o lugar continuou. O lugar tinha feito a pessoa e ela havia transformado o lugar”

José Saramago

RESUMO

O Parque Nacional da Serra do Cipó – PNSCi, localizado na região centro-sul da Serra do Espinhaço, é considerado um dos cenários naturais de grande atratividade turística nacional e internacional. É um espaço social privilegiado dos pesquisadores, que tem no preservacionismo a base que orienta suas ações no campo ambiental. Criado em 1975, enquanto Parque Estadual, em 1984 foi categorizado como Parque Nacional. Tal processo foi marcado pela expropriação de vários grupos familiares tradicionais do lugar que mantinham formas de apropriação comunal e familiar com o ambiente. O conflito mostra a sobreposição de reivindicações entre os Povos Tradicionais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio sobre o mesmo recorte espacial. O presente trabalho visa recuperar informações que não se encontram registradas sobre o conflito ambiental, além de documentar as memórias do homem comum, reconhecendo-o como sujeito integrante dessa história. Pretende-se, sobretudo, apontar como a política de uso, apropriação e concentração de terras no Brasil está diretamente relacionada à violência, seja ela física ou simbólica. Para a realização do trabalho, foi necessária pesquisa bibliográfica aprofundada em fontes primárias e secundárias, análise documental, investigação *in loco*, entrevistas semi-estruturadas e diário de campo. Para tanto, na escrita do texto, utilizarei os conceitos: Território, Memória e Produção de Subjetividade como ferramentas de análise.

Palavras-chave: Conflito Ambiental, Povos Tradicionais, Memória, Território, Produção de Subjetividade

ABSTRACT

Serra do Cipó's National Park – PNSCi, located in the mid-southern region of Serra do Espinhaço (Espinhaço Range), it is considered one of the natural scenarios of greatest touristic drawn, both domestic and international. It is a researcher's privileged social space, that has in preservationism the guiding foundation for environmental actions. Created in 1975, while a State Park, in 1984 it was categorized as a National Park. Such process was marked by the expropriation of many traditional family groups of the place, those who have held environment-friendly and communal appropriation forms. The conflict shows the overlap of traditional peoples' claiming, bearers of differentiated identities and cultural logic, and the Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- ICMBio (Chico Mendes Institute of Conservation and Biodiversity) about the same space snip. The present work aims to recover information that are not found registered concerning the environmental conflict, besides documenting memories of that every day-man, acknowledging one as an integrant subject of this story. It is intended, above all, to point out how use policies, land appropriation and land concentration in Brazil is directly linked to violence, whether physical or symbolic. To make this work possible, a bibliographic research was deepened in primary and secondary sources, document analysis, in loco investigation, semi-structured interviews and field diary. For such, in the text writing, I shall use the following concepts: Territory, Memory and Subjectivity Production as analysis tools.

Key words: Enviromental Conflict, Traditional Peoples, Territoy, Subjectivity Production

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1 O Começo.....	13
1.1 Caminhos do sertão.....	14
1.2 Viva e Reviva.....	17
2 O Parque.....	20
2.1 Processo de Uso e Ocupação da região.....	22
2.2 O que são Comunidades Tradicionais e por que existem tantos debates a seu respeito?.....	30
2.3 Esclarecendo.....	31
3 Adentrando o Território.....	36
3.1 E por falar em Memória.....	41
3.2 O Encontro.....	46
3.3 Terra para os pés, firmeza.....	52
4 Facetas do Ambientalismo.....	64
Considerações Finais.....	75
Referência Bibliográfica.....	80

LISTA DE SIGLA

ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
CETEC	Centro Tecnológico de Minas Gerais
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEF	Instituto Estadual de Floresta
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NIISA	Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental
PNSCi	Parque Nacional da Serra do Cipó
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TC	Termo de Compromisso
UC	Unidade de Conservação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
ZOT	Zona de Ocupação Temporária

Introdução

O tema que envolve as Comunidades Tradicionais e as políticas territoriais nasce com raízes na minha própria história de vida. Sou norte-mineira nascida e criada no sertão. O norte de Minas Gerais possui uma peculiaridade, é um pouco *bahiano*, é um pouco *mineiro*... E no entre lugar, nos consideramos *Catrumanos*, um povo que retoma, cria e se faz na cultura tropeira e sertaneja. Direciono o meu olhar interessado à temática rural em pesquisas desde 2013 quando ainda estava em formação, nos cursos de graduação em Psicologia e em Ciências e Sociais. Apoiada nestas duas formações e na minha própria história de vida, com diferentes lentes e distintos afetos, reconheci que o conhecimento da Psicologia produzido nesse campo, ainda hoje, é muito escasso. A possibilidade de contribuir nos debates com um novo estudo envolvendo as comunidades e seus modos de vida foi o que me animou a procurar o curso de mestrado.

Nesse sentido, mergulho sobre o conflito ambiental territorial presente na Serra do Cipó- MG, a cem quilômetros da capital mineira – Belo Horizonte. Tal conflito se manifesta pela existência de uma Unidade de Conservação de cunho integral do tipo Parque Nacional, implementada sobre território de Comunidades Tradicionais com modos de vida específicos, tal como extrativismo de Sempre-Vivas, solta de Gado em terreno comum e plantações em vazantes para subsistência. Após a implementação do Parque, as famílias residentes que viviam naquele território por mais de três gerações, foram retiradas das suas casas e tiveram suas práticas tradicionais criminalizadas, uma vez que a regra mais firme para a implementação de uma Unidade de Conservação de cunho integral é a não existência de moradores/habitantes. O conflito emerge, então, entre dois atores principais, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e as Comunidades Tradicionais do lugar. Compreendo que a disputa territorial possui atravessamentos tal como a especulação imobiliária, o turismo e a política ambiental brasileira.

A presente pesquisa teve como objetivo investigar o conflito ambiental territorial no Parque Nacional da Serra do Cipó, tendo como questão o ponto de vista dos moradores, suas “memórias dos combates” – como percebem e narram o conflito. A intenção foi a de gerar um novo documento com a presença da comunidade expropriada, promovendo interferências nos debates que enfrentam a política ambiental brasileira e sua face violenta e excludente, como projeto de controle social.

Para tanto, inicialmente revisei dados produzidos em atividade de pesquisa realizada entre 2013 e 2014 no Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental-NIISA, da Universidade Estadual de Montes Claros. Foram consultados e trabalhados documentos de fontes primárias tal como o Plano de Manejo do lugar, relatórios parciais e trimestrais da Serra do Cipó, decretos de utilidade pública, e o livro “Memórias de um Recenseador”, bem como fontes secundárias, artigos, monografias e dissertação sobre o Parque Nacional da Serra do Cipó. Além desses documentos, me ancorei em arquivos pessoais como fotografias, diário de campo, relatórios e entrevistas. Dessas consultas extraímos elementos e tensionamentos que orientaram análises acerca da política ambiental brasileira, como o Parque foi criado, e como as Comunidades Tradicionais do lugar foram expropriadas.

Em 2016 para efeito de atualização, retornei à Serra do Cipó para realizar entrevistas com moradores, registro fotográfico e também foi elaborado nesse período diário de campo da visita ao território, com o intuito de tensionar com os antigos documentos.

Foi importante a eleição de intercessores na construção das análises que aqui se apresentam. Destaco autores que vem discutindo o Território enquanto processual e dinâmico, como Rogério Haesbaert e Paul Little e autores que me sustentam no estudo do Poder e a Produção de Subjetividade, como Michel Foucault e Félix Guattari. No que se refere aos recursos metodológicos, os estudos sobre Memória e História Oral forneceram guias preciosos especialmente para sustentar minha intenção de valorizar as narrativas dos Povos Comunidades Tradicionais do lugar. Nesse sentido, recorri aos estudos de Ecléa Bosi, Fernanda Vidal, Alessandro Portelli, Michael Polack, acreditando que ao trazer autores clássicos e contemporâneos, sem perder o rigor teórico, tenho a possibilidade de fazer emergir a Memória a partir de diferentes ângulos.

A produção aqui apresentada se organiza em quatro entradas. A primeira, *O Começo* – minha análise de implicação (Lourau, 1993) investe no exercício de problematizar meus vínculos afetivo-libidinais, políticos e institucionais frente à pesquisa, possibilitando sinalizar as diversas forças presentes no meu campo de atuação e que me tomam com diferentes intensidades. O início do meu trabalho diz um pouco da minha história de vida, como chego ao campo da pesquisa e como ele me afeta. A segunda entrada, *O Parque* – apresenta a história do Parque Nacional da Serra do Cipó, seu uso e ocupação. Postulo que a história que aqui aparece não se faz de modo linear, mas permeada de atravessamentos, fissuras e dobras. Nessa entrada o conflito do lugar se manifesta, ainda que de maneira muito sutil. Na terceira entrada, *Adentrando o Território*, a metodologia da pesquisa aparece e, junto com ela, a presença da Comunidade expropriada – como elas entendem o território, como percebem e

narram suas vidas em conflito. As memórias emergem no diálogo com os estudos da história oral, que se fez ferramenta metodológica durante todo o percurso. A quarta entrada do trabalho aqui apresentado é *O Ambientalismo e suas Facetas*, ao analisar as clivagens do ambientalismo no Brasil, damos a visibilidade ao campo de disputas onde o trabalho quer incidir, como a Política Ambiental se manifesta do local ao global, compreendendo que existem mosaicos territoriais, que dizem de uma relação de força e poder.

A escrita e montagem do trabalho foram pensadas de forma com que a fala dos sujeitos do lugar emergissem no decorrer do texto. Uma composição de escritas. As falas dos moradores virão em itálico e aparecerão por todo o trabalho, bem como as fotos do lugar e fragmentos do diário de campo. As falas não serão identificadas, respeitando o anonimato e preservando a narrativa de cada um. Neste sentido, esta aposta estética vem ao meu encontro e me possibilita trazer os sujeitos da história como também autores do trabalho.

1 O começo

Era Manhã, uma como qualquer outra, ele saiu do seu barraco e pegou sua moto CG 125, se dirigiu a casa do seu Afonso. E não é que veio um tiro?! Era uma tocaia pensou consigo. Vou morrer, fazendeiro não perdoa. É tiro, na certa com ajuda da PM.

Invadi ou ocupei?

Sim, Seu Doutor, esse verbo muda tudo!

Eu ocupei, nós ocupamos... Não invadimos não. Aquela terra era vazia, não havia nada plantado, nem gado por lá passava. Quer dizer que não posso ter minha lona?

O coronel fecha a estrada com a cerca, no dia seguinte a gente vai lá e corta. Eles queimam nossa plantação, “dá sumiço” nos jovens e em liderança como eu, a tocaia é certa.

Terra vermelha de sangue, bandeira vermelha de luta.

Mas acontece, Seu Doutor, que eu não quero só a terra não! Ela é o começo de tudo. Quero educação, saúde, meus direitos de cidadão. Não sou letrado, mas não sou jeca. Querem nos enterrar, mas esquecem de que somos sementes...

Ainda hoje povo de luta levanta bandeira, não a deixa arriar. Nosso congado, a ponta, um novo modo¹.

Abordar a Psicologia e as questões da terra nos propõe um compromisso ético-político e implica desvelamento da história que nos tem constituído como povo, que marca a emergência de subjetividades.

Me toca, me afeta.

A terra do Sertão é vermelha, é manchada de sangue, de conflito por luta de terra e território. Ainda existe o coronelismo presente, mas hoje, ele se reveste também de outra forma, tal como: Grandes Mineradoras e Barragens sobrepostas em terra de Povos Tradicionais; Monocultura de Eucalipto encurralando “Geraizeiros”; Monocultura de Soja e o Território Indígena do Mato Grosso; Fazendeiros e demarcação de Território Quilombola; Fazendeiros e Pescadores Artesanais; Unidade de Conservação Integral e as consequentes expropriações...

Imbuída de diferentes afetos no que se refere o estudo de conflitos ambientais, me interessei em estudar o conflito ambiental territorial presente na Serra do Cipó, que está situado na porção centro-sul do estado de Minas Gerais, na cadeia do espinhaço. Tal conflito

¹ Conto de minha autoria, embasado em experiências a partir do contato com o mundo rural.

se dá pela existência da implementação de um Parque Nacional sobre território de Comunidades Tradicionais. Após a chegada do Parque, as referidas Comunidades foram expropriadas, uma vez que a regra mais firme de uma Unidade de Conservação de uso integral² é a não existência de moradores em seu território. E os povos que foram expropriados, para onde foram? Como ser sujeito de *dentro e fora* de um território? Ancorada nos estudos da Psicologia e das Ciências Sociais, interesse-me pela relação Sujeito-Território; Produção de Subjetividades, Conflito e Memória.

Mas de onde vem o meu interesse pela questão agrária no Brasil? Como o campo me constitui?

Caminhos do Sertão

Nasci em Minas Gerais em uma cidade chamada Montes Claros - aproximadamente 400 mil habitantes - grande para a região norte de Minas. Montes Claros é o pólo universitário dessa região. Nasci, cresci, vivi parte dos meus 26 anos nesta cidade. Cidade “grande” com característica interiorana. Ainda hoje, é comum encontrar cadeiras nas portas, vizinhos que se sentam para conversar no final do dia, enquanto as crianças brincam nas ruas. Praças habitadas, igrejas, prédios, escolas. Circulava. Morava no bairro “Morada do Parque”, relativamente novo – 33 anos. Meus pais, assim que se casaram, lá se ocuparam. E lá se vão 32 anos! Morei a vida toda no mesmo lugar, achava estranho meus colegas de escola comentando das novas casas... novos endereços, vizinhos. Há dois anos eu sabia o nome de todos os meus vizinhos do quarteirão inteiro. Não conseguia imaginar como seria uma mudança de endereço.

Minha família por parte de mãe mora em Mato Verde, 270 km de Montes Claros. Mato Verde possui aproximadamente 13 mil habitantes. As ruas são de paralelepípedo, com exceção da avenida principal da cidade (Rua da Pensão). Desde as minhas mais remotas lembranças, passei minhas férias e feriados por lá. Se Montes Claros possui característica interiorana, Mato Verde é a “personificação” do interior. Lá existe a “Praça de Cima” que é cercada por barzinhos e carros de som. Há uma fonte luminosa central e parquinho para crianças brincarem enquanto os pais se sentam nos bares. A “Praça de Cima” é ocupada por adolescentes, ponto principal de encontro. Muitos primeiros beijos lá acontecem, muitos encontros familiares, a praça de cima é cercada de afetos. Mas se existe a “Praça de Cima”,

² Será discutido posteriormente o que vem a ser Unidades de Conservação e como se dá sua operacionalização no Brasil

também existe a “Praça de Baixo”. Na Praça de Baixo há a Igreja de Santo Antônio, matriz da cidade, que no dia-a-dia é ocupada por idosos, inclusive no sábado... Por que *aaaaaah*, sábado é dia de FEIRA! Da casa dos meus avós até a praça de baixo, teoricamente, são 5 minutos a pé. Minha mãe faz esse trajeto em meia hora. Em cada esquina encontra alguém conhecido, uma prosa pra colocar em dia, alguém para pedir a benção...

- Quanto mais cedo chegarmos, melhores serão as coisas... Mamãe sempre insistia que devíamos ir às 07h00 da manhã do sábado para a feira.

Os próprios produtores rurais de Mato Verde e região montavam as barracas. As pessoas na época não sabiam o que era a tal “alimentação orgânica” embora ela sempre fizesse parte de suas vidas, mas na época não existia esse nome. Eu sempre ia à feira comprar *coquinho ouricuri* e pastel. Deixem as verduras com os mais velhos. Sábado é dia de coquinho e pastel, sentar no quintal, pegar uma pedra e quebrar o coquinho, comer a castanha até acabar o saco.

Além da feira de sábado, coquinho e pastel, existem outras coisas em Mato Verde que me afetam, me tocam pela sua singularidade e carisma: como a festa de São João na roça. Cada família se reúne, vai para uma roça, prepara os biscoitos, leitoa, fogueira e fogos de artifício. Existe uma bandeira, tal como estandarte, que é seguida em cortejo e procissão, com rezas, pedidos e promessas sendo cumpridas. Essa bandeira será levantada em mastro, um fino e comprido tronco de madeira, ornamentado com fitas. Após o mastro ser levantado, as mulheres solteiras dão três voltas completas com cânticos para o santo, a fim de obter um bom casamento. Fogueira acesa, crianças com *traques*, *bombinhas*, *chuvinhas* brincam ao redor do fogo. Nesse dia é permitido, nesse dia a criança não fará xixi na cama, é devoção para o santo. O ápice da festa acontece quando a bandeira é roubada. O “ladrão” é alguém que já estava na festa, sorrateiro, que sem ninguém perceber, retira o mastro e esconde a bandeira. As outras pessoas estão em outro ambiente da festa, comendo, bebendo, dançando quadrilha... O ladrão astuto volta, se senta, finge que estava no banheiro, passa despercebido. A festa de São João do ano seguinte será de sua responsabilidade. Ornamentar o mastro, bandeira, comprar os fogos, comida. Ninguém sabe quem dará a festa, mas haverá... O sertão com seus encantos e magias!

Cresci com essa realidade me cercando. Hoje, meu avô materno, com 90 anos, sabe o nome de todos os “pés- de planta” daquela região. Com suas mãos trêmulas, ainda retira e cata o feijão *andu*. Alegria do Sertão é lama, umbuzeiro carregado... Rio transbordando. Há em mim um ser-tão mulher, que me afeta, toca e constitui.

Resolvi direcionar meu olhar para as questões rurais, mas ainda não sabia como fazê-

lo. Sabia que era algo que me encarnava, mas ainda não possuía ferramentas necessárias, não sabia o quê pesquisar, aonde ir. Sabia o porquê: a questão rural estava presente em minha constituição como mulher sertaneja.

No ano de 2011, no início da graduação de Psicologia, comecei a dialogar com os cursos de Engenharia Florestal e Agronomia, e percebi uma forte militância pela reforma agrária de alguns estudantes da UFMG- Instituto de Ciências Agrárias em Montes Claros. Aproximei-me, então, de alguns alunos do curso de “Floresta” e começamos a estudar um pouco da realidade agrária no país. Em março desse ano, passei uma semana em um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, em Uberaba. O acampamento, diferentemente do assentamento, não possui ainda uma estrutura física, seja de alvenaria ou pau a pique, ficamos em uma lona preta – demasiadamente quente, demasiadamente fria- o banheiro era uma fossa no chão e o chuveiro era no curral. Eu estava no terceiro período de Psicologia, não sabia o que deveria perguntar, como fazer uma pesquisa, o que é uma pesquisa? Larguei de mão e decidi experimentar o lugar, sem saber que já estava pesquisando. Conversei com produtores rurais de diferentes partes do país que estavam naquele acampamento; brinquei com criança de sete anos em cirandas; cuidei de neném de três meses enquanto a mãe falava na plenária e tomei café todos os dias com o Seu Antônio³, paraibano, que me contava a história da sua vida.

Porque pessoas se submetem a ficar em uma lona e dormirem em sacos durante tanto tempo? Que luta é essa pela terra? Na época eu não entendia nada, mas estava ali só observando e guardando tudo em meu coração, em meu corpo e em meus pensamentos. Essa experiência me marcou muito, sabia que era por esses caminhos que deveria seguir, mas ainda não sabia como percorrer.

Ainda permeada por todos esses afetos, no final de 2011, passei um final de semana na Comunidade Quilombola Brejo dos Crioulos, situada no norte de Minas Gerais. A reivindicação era semelhante, luta pela demarcação territorial, mas ali existia uma ancestralidade, existia uma “raiz” com aquele território, era uma Comum-unidade, suas práticas eram tradicionais, passadas de geração em geração, sua musicalidade era outra, a forma de viver era bem particular. Compreendi que já existia uma pesquisadora, que essa curiosidade não era vã.

Decidi, então, o que gostaria de pesquisar: a relação dos sujeitos com os seus territórios; como novas vidas emergem, como práticas e manejos tradicionais são passados de

³ Os nomes escritos nesse trabalho serão todos fictícios, respeitando o anonimato dos sujeitos entrevistados

gerações em gerações. A vida dos Povos Tradicionais no Brasil é marcada por lutas e conflitos. Mas a vida sempre arruma uma forma de escapar, permanece.

Viva e Reviva

O trabalho que se segue é um desdobramento da minha pesquisa de iniciação científica enquanto graduanda de Psicologia e de Ciências Sociais. Entrei no curso de Psicologia no ano de 2010 e me questioneei sobre a ausência da problemática rural, posto que o número de produções sobre a temática continua reduzido quando comparadas às pesquisas sobre a realidade urbana⁴. A dimensão rural foi e ainda é desprezada pela Psicologia, e seu resgate representa a possibilidade de incluir grupos sociais até então desconsiderados e invisibilizados, tal como se demonstra a realidade dos povos do campo e problemas relacionados à territorialidade brasileira (Referências Técnicas para Atuação das (os) Psicólogas (os) em Questões Relativas à Terra, 2013). Queria estudar os Povos e Comunidades Tradicionais rurais, mas não obtive um suporte no meu curso de Psicologia.

Decidi cursar concomitantemente Psicologia e Ciências Sociais, entrei então no novo curso no ano de 2011 buscando responder às minhas questões. O curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES/MG possui uma forte ligação com os Povos e Comunidades Tradicionais da região do norte de Minas, bem como Movimentos Sociais, nesse sentido, percebi que poderia me amparar em minha angústia. No ano de 2012 ingressei no NIISA – Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (CNPq/UNIMONTES)- enquanto graduanda de Ciências Sociais no projeto: *Etnografia dos Conflitos Socioambientais em Matas Secas: caracterização socioeconômica, cultural e cartografia territorial dos Povos Tradicionais em conflito com unidade de conservação*. Comecei a estudar o conflito ambiental territorial presente na Serra do Cipó, região centro-sul de Minas Gerais. Esse conflito diz respeito a situações onde existem a sobreposição de diversos grupos sociais, que carregam consigo lógicas diferenciadas sobre o mesmo recorte espacial (Zhouri *et al*, 2010). Diferentes vetores com ambições e interesses distintos. De um lado os moradores expropriados da Serra do Cipó e suas relações tradicionais com o território,

⁴ Paulatinamente os cursos de Psicologia nas Universidades brasileiras, trazem a questão rural em suas ementas. Com destaque para a USP e seus estudos indígenas (Rede indígena), UFPB e os sertanejos, UFPA, UFF. Em 2013 o Conselho Federal de Psicologia lança a “Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra”, percebemos que ainda é muito precário o estudo rural quando comparado às realidades urbanas. Faz-se, portanto, necessário trazer as questões da terra, e é dentro desta proposta que o presente trabalho se situa. A psicologia começa a habitar um novo território.

e do outro, constituído pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e pelo Instituto Estadual de Floresta (IEF), com a ideia do Preservacionismo, uma referência hegemônica que orienta as ações das instituições ambientais brasileiras, que dicotomiza o *Homem e a Natureza*.

Nas primeiras idas ao campo, buscava investigar o sentido do Território para os antigos moradores do atual Parque, as relações que estabeleciam com o lugar e como de fato era operacionalizada a política preservacionista hegemônica no campo ambiental.

Em uma primeira oficina com todos os moradores expropriados, realizamos a construção de um *mapa mental*⁵. Todos os participantes possuíam uma caneta e podiam interagir com o papel no meio da sala: “*Eu morava aqui, os Siqueira do outro lado, e pra lá da cachoeira eram os Fernandes*”⁶.



(Mapa Mental – Fonte: NIISA, 2013)

Senti que havia algo ali que deveria ser explorado: uma Memória que resiste à expropriação e um Território que vai até onde a memória alcança. Um povo que se constrói *dentro e fora* do Parque, povo que resiste e luta. “Aqui também é lugar para a Psicologia” - pensei comigo.

Parei, então, de polarizar meus conhecimentos; compreendi que a Psicologia não é restrita ao *setting* terapêutico e *divãs*, e a Sociologia não se atém apenas às estruturas sociais. Passei a perceber um sujeito sócio-histórico, cultural, ativo e dono de um saber singular. Levo em consideração as formações macrosociais em que os sujeitos se encontram inseridos e almejo acompanhar a partir disso a produção de trajetórias singulares, a gestação de biografias únicas no entrelaçamento com a história da sociedade à qual pertencem. Conhecer os pontos motivadores da luta pela terra e pelo Território é

⁵ Os mapas mentais são representações do vivido, são os mapas que trocamos ao longo de nossa história com os lugares experienciados. No mapa mental, a representação do saber percebido, o lugar se apresenta tal como ele é, com sua forma, histórias concretas e simbólicas, cujo imaginário é reconhecido como uma forma de apreensão do lugar (NOGUEIRA, 1994 apud SIMIELLI, 1999).

⁶ As letras em itálico se referirão às falas dos moradores, retiradas de oficinas, entrevistas e diário de campo.

imprescindível para poder torná-los ferramentas potentes na conquista dos direitos negados; e, assim, possibilitar outras formas de se exercer a cidadania (Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra, 2013).

O trabalho que se segue procurou aliar minhas inquietações às memórias dos antigos moradores, na produção de análises que contribuam para tensionar a versão da história do lugar que se hegemoniza entre as Políticas Públicas e as disputas Ambientalistas, endereçadas ao Parque Nacional da Serra do Cipó. A partir das memórias, abrindo caminhos a outras narrativas, apostamos na ampliação do campo de análise do processo de expropriação, da qualidade dos vínculos que as pessoas ainda estabelecem com o lugar, e da compreensão de como esses processos os constituíram e ainda os constituem como sujeitos no presente. Além disso, recupera informações sobre o conflito ambiental territorial na Serra do Cipó que não se encontram em documentos disponíveis à consulta, registrando as memórias do homem comum, reconhecendo-o como sujeito integrante desta história.

2 O Parque



(Entrada do Parque Nacional da Serra do Cipó – Cardeal Mota. NIISA, 2013)

O atual Parque Nacional da Serra do Cipó- PNSCi foi originalmente implementado como uma Unidade de Conservação Estadual (Lei Estadual n.º605, de 14 de julho de 1975), em um contexto de ditadura militar e emergência do movimento ambientalista no Brasil. Criado a partir de uma pressão de cientistas e pesquisadores das ciências naturais preocupados com a conservação da biodiversidade da Serra do Cipó, seguiu os preceitos preservacionistas de manutenção de áreas naturais da forma menos alterada possível.

Com o crescimento das pressões humanas sobre o meio ambiente e a interferência direta na qualidade de vida dos povos, sobretudo a partir da década de 50, cresce um movimento social de abrangência ambientalista (ALIER, 2007). Quando falamos em ambientalismo, precisamos elucidar que existem ambientalismoS, com diferentes propostas e discursos⁷. Dentre eles, podemos destacar o Preservacionismo, que se caracteriza pelo discurso da natureza *intocada*. Alier (2007) postula que a principal proposta política dessa corrente consiste em manter reservas naturais, denominadas parques nacionais ou naturais, ou algo semelhante, livres da interferência humana. Sendo assim, uma reserva natural poderia admitir visitantes, mas não habitantes humanos.

Ancorados pelo discurso preservacionista, pesquisadores das ciências naturais e militantes ambientais, defenderam a existência do Parque Estadual da Serra do Cipó, e elucidaram a importância de transformá-lo em Parque Nacional. Devido a sua relevância biológica, com a predominância dos biomas cerrado e mata atlântica, este último com presença de formações florestais de Matas Secas, é ressaltada pelo Atlas da Biodiversidade de

⁷ Será explanado mais adiante nesse trabalho as clivagens do ambientalismo e seus atores. Para melhor compreendermos onde nos situamos, elucidando como a política ambiental no Brasil funciona, e quais discursos prevalecem.

Minas Gerais (2005) como área prioritária para preservação de “importância extrema”. Tal unidade se tornou fragmento valorizado para estudos de cientistas naturais e órgãos ambientais, que ratifica uma visão essencializada deste território como um lugar a ser conservado e intocado em seu estado selvagem *wilderness* (ANAYA, 2013). A proposta de sua transformação em Parque Nacional foi apresentada, então, pelo Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal-IBDF que instituiu uma comissão para realizar estudos que subsidiasse esse projeto (IBAMA, 1994). Composta pela Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC, Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU, Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR e Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- SPHAN, em 1977, iniciaram-se os trabalhos de delimitação da área que deveria ser transformada em Parque. Para tanto, foi realizado o levantamento fundiário das terras ocupadas, das benfeitorias existentes a serem desapropriadas e da topografia do local a ser demarcado. Sem considerar os sujeitos e suas relações territoriais com o lugar, o Parque Estadual da Serra do Cipó foi transformado em unidade integral federal, em 25 de setembro de 1984, pelo Decreto n.º 90.223. Segundo consta do item 3.6 do plano de manejo⁸ do Parque, a partir da transferência da gestão ao âmbito federal, a unidade de conservação começou a ser de fato implementada. Iniciaram-se os processos de desapropriação dos proprietários de terras na área, em sua maioria pequenos agricultores que exerciam atividades de subsistência⁹.

A Serra está situada na porção sul do Espinhaço, um grupo de montanhas quartzíticas que se prolonga por cerca de 1100 km de comprimento, com duas partes distintas: a Chapada de Diamantina ao norte e a Serra do Espinhaço ao sul (FERREIRA, 2010).

Localizada na região centro-sul de Minas Gerais, abrange os municípios de Jaboticatubas, Santana do Riacho, Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar, Itambé do Mato Dentro, Itabira e Nova União. De acordo com o plano de manejo do Parque, sua área total corresponde a 31.670 hectares. A maior parte inserida no município de Jaboticatubas (aproximadamente 65%), seguido por Morro do Pilar (19%), Santana do Riacho (9%) e Itambé do Mato Dentro (7%).

⁸ O plano de manejo é um documento consistente, elaborado a partir de diversos estudos, incluindo diagnósticos do meio físico, biológico e social. Ele estabelece as normas, restrições para o uso, ações a serem desenvolvidas e manejo dos recursos naturais da Unidade de Conservação, seu entorno e, quando for o caso, os corredores ecológicos a ela associados, podendo também incluir a implantação de estruturas físicas dentro da UC, visando minimizar os impactos negativos sobre a UC, garantir a manutenção dos processos ecológicos e prevenir a simplificação dos sistemas naturais (MMA, 2015)

⁹ Lista dos ex-proprietários constante dos relatórios produzidos pelo CETEC - 264/265, e da Nota Técnica n.º 037/2014 – Parque Nacional da Serra do Cipó/MG - 320/328 do inquérito civil n.º 1.22.000.002146/2013-08.

De acordo com Ferreira (2010) a região é importante no que diz respeito à conservação dos recursos naturais e à proteção da biodiversidade. Divide os biomas do cerrado (oeste) e da mata atlântica (leste), com destaque para os campos rupestres, ecossistema peculiar, presente em toda a crista da Serra do Espinhaço, e que é um importante divisor de águas de Minas Gerais, drenando diversos cursos d'água para as bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Doce.

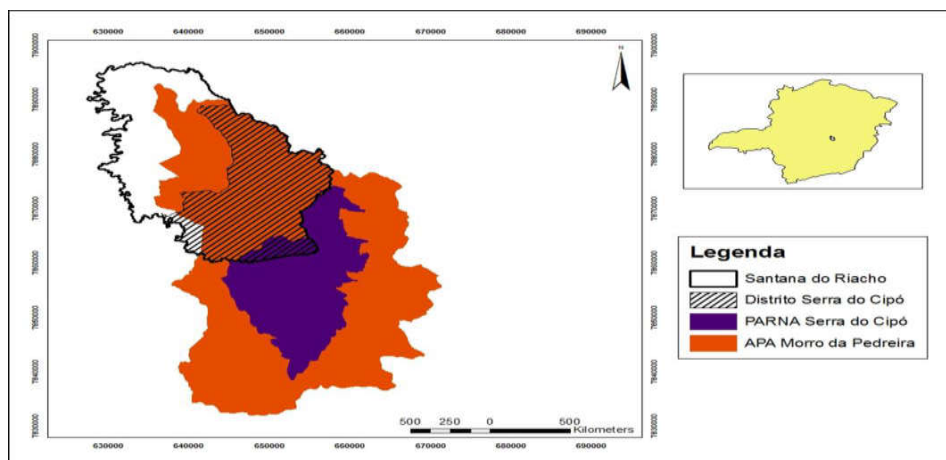


Figura 1: O distrito da Serra do Cipó (listrado), localizado no município Santana do Riacho (contorno preto), está inserido na APA Morro da Pedreira (laranja) e uma pequena porcentagem inserida no Parque Nacional da Serra do Cipó (roxo) Fonte: FILIPPO (2013)

Processo Histórico de Uso e Ocupação da Região

Até meados do século XIX, a região conhecida como Serra do Cipó era denominada Serra da Vacaria. Tratava-se de uma importante rota utilizada por tropeiros e viajantes que seguiam em direção à região mineradora do Arraial de Tejuco (atual Diamantina) através da Vila do Serro Frio (atual município do Serro). Relativamente à explicação para a mudança do nome de Serra da Vacaria para Serra do Cipó, existem duas versões mais difundidas entre os moradores da região. A primeira e mais divulgada na mídia e em livros didáticos diz que o nome Serra do Cipó deve-se ao rio Cipó, principal rio da região, caracterizado por seu curso d'água bastante sinuoso, que, quando observado das encostas da serra, lembra um grande cipó. A segunda, e menos difundida, diz respeito à grande quantidade de árvores com cipós na região (FERREIRA, 2010).

Gontijo (2003) preconiza que as características dos primeiros habitantes da região, não são exatamente precisas. Contudo, é possível verificar, em primeiro lugar, que eram sociedades basicamente nômades, integradas por caçadores, que deixaram vestígios de seu

modo de vida e de seu olhar em pinturas rupestres, em fogueiras pré-históricas e em outros traços incluídos na paisagem.

As pistas da ocupação humana pré-histórica na região da Serra do Cipó, “foram quase completamente destruídas por mais de dois séculos de ocupação urbana, de garimpagem e de agricultura intensiva” (PROUS, 1991, p. 321). Segundo o autor, esse processo acabou por “varrer” um período de aproximadamente dois milênios, uma vez que os vestígios arqueológicos ocorreram principalmente nas margens das lagoas e dos rios, devido à proximidade de solos férteis.

O registro mais antigo sobre o primeiro proprietário da região, que hoje é o distrito Serra do Cipó, foi o Sr. José Ferreira, que em 1746 recebeu a outorga de terra, do que na época era a Sesmaria do Cipó. Estas terras tinham várias léguas de extensão e abrangiam os atuais municípios de Santana do Riacho e Jaboticatubas.

Por volta de 1600, os bandeirantes abriram os caminhos para as minas de ouro, situadas no interior selva e desconhecido. Saíam da já próspera cidade de São Paulo, chamada inicialmente de Vila de São Paulo de Piratininga, primeiro posto avançado além do litoral. A trilha subia a Serra da Mantiqueira, atravessava a região do Rio Grande e tomava rumo norte, seguindo o Rio das Velhas, em direção ao Rio São Francisco. Era chamado de Caminho Geral do Sertão (Goulart, 2000, p. 40).

Ferreira (2010) postula que as primeiras “bandeiras” a desbravarem a região foram as de Fernão Dias Paes, entre 1673 e 1681, e a de Antônio Soares Ferreira, iniciada em 1701. A entrada de Fernão Dias teria passado pela porção oeste da serra, onde hoje se encontra o município de Lagoa Santa. Já Antônio Soares percorreu ambas as porções, partindo de Sabará até chegar à região do Serro.

Esta seria talvez a primeira grande transformação de fato a ser observada na região da Serra do Cipó: a chegada dos primeiros desbravadores europeus em busca de metais preciosos. Um olhar a serviço da coroa, buscando riquezas e transformando paisagens e culturas. Pode-se afirmar que o grande marco de ocupação da porção centro-sul de Minas Gerais (onde está localizada a região em estudo) foi a descoberta de ouro em aluviões nos diversos rios que cortam a região, “especialmente daqueles rios que fluíam das porções elevadas do alinhamento quartzítico do Espinhaço Meridional” (GONTIJO, 2003, p. 56).

(...) já em 1731, existiam pelo menos três grandes caminhos que partiam da região do Pico do Itacolomi (Ouro Preto) em direção ao Espinhaço Meridional. O primeiro (“Caminho dos Curraes”) seguindo pela margem esquerda do rio das Velhas; o segundo (“Caminho de Dentro pelas Macaúbas”) passando pela margem direita, seguindo da região de Santa Luzia até a altura do Riacho Fundo, de onde galgava o “Serro Frio” e ia em direção a Gouveia, já nas proximidades do Tejuco; e o terceiro

que partia de Villa Rica (Ouro Preto) e via Santa Bárbara e Cocais, atingia a ponta meridional do Espinhaço e seguia margeando-o na sua vertente leste por “Mato Dentro” (Itambé do Mato Dentro), “Morro Antônio Soares” (Morro do Pilar”), “N. Sra. Da Conceição” (Conceição do Mato Dentro) e Vila do Príncipe (Serro). Por essa época já estavam lançadas, então, as três principais rotas que passavam pela, ou próximo, à Serra do Cipó. (GONTIJO, 2003, p. 82)

Em seus estudos, Filippo (2013) relata algumas formas de uso do ambiente pelos primeiros moradores da localidade, ainda, no século XVIII, tempo em que era comum o plantio da mamona e da palmeira macaúba para extração de óleo. A partir do século XIX as principais atividades econômicas eram o plantio de feijão, milho, arroz, algodão e criação de gado, que propiciavam uma autonomia alimentar diversificada e atividades de comercialização com outras populações. A comercialização das mercadorias era realizada por tropeiros, que até a década de 1920 era feito por trilhas, que consistiam o único acesso à região. São notórias as práticas tradicionais dos antigos moradores, desde a coleta de flores secas (Sempre-Vivas) para comercialização, às praticas de soltas de gado em terreno comum.

Em relação às práticas tradicionais e sagradas podemos citar também um antigo cruzeiro localizado onde os moradores se reuniam para atividades de socialização, como reza, leilões de comida – cuja arrecadação era utilizada para enfeitar o próprio cruzeiro – entre outras. Segundo a crença existente entre eles, “para fazer chover, bastava jogar água nas pedras da base do cruzeiro”. A localidade era, portanto, concebida como sagrada, espiritualmente poderosa, configurando o centro da vida religiosa das pessoas do lugar (Ferreira, 2010). Atualmente, esse símbolo cultural foi deslocado de sua tradicional posição, para a construção de um mirante em seu lugar, utilizado como ponto de vigilância de focos de incêndio. A população local não foi consultada sobre a medida que afetou diretamente sua vida religiosa.

Com a abertura e a consolidação das estradas, o distrito de Serra do Cipó foi ganhando, aos poucos, ar de comunidade: as chácaras foram se aproximando, novos moradores surgiram e outros fatos importantes ocorreram. No entanto, o trecho de 60 km entre a base da Serra do Cipó e Conceição do Mato Dentro pouco se modificou no que diz respeito à organização socioespacial, conservando-se as características de grandes áreas de fazendas e pouca ocupação.

Ferreira (2010) aponta que o potencial turístico da região se tornou conhecido e mais acessível a partir do asfaltamento do trecho da Rodovia MG-010 entre Lagoa Santa e o distrito de Cardeal Mota (hoje Serra do Cipó), no final dos anos 80, sendo “a porta de entrada” para o turismo na Serra. Nessa época, o PNSCi já havia sido criado, mas contava

com estrutura muito precária. Nos grandes feriados, o número de turistas que se dirigem à porção oeste do parque varia de 15 a 20 mil pessoas (dados do ICMBio e ABETA, 2004). Esse número é bastante superior ao de habitantes da região, considerando que o município de Santana do Riacho (principal destino dos turistas), de acordo com dados do último censo realizado pelo IBGE, tem aproximadamente 3.500 habitantes.

Na década de 1990, o processo de ocupação acelerou-se. Com o rápido parcelamento do solo e todos os impactos decorrentes, as preocupações com a preservação do patrimônio ambiental se intensificaram, “resultando em constante confronto entre alguns empreendedores imediatistas e aqueles com características preservacionistas” (Ferreira, 2010).

Em 2003, o governo do Estado de Minas Gerais estabeleceu uma política de incentivo à criação de circuitos turísticos no estado. A partir dessa política, foi criado o *Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó*, oficializado em 28/06/2004, englobando os municípios – Jaboticatubas, Santana do Riacho, Nova União, Itabira, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Conceição do Mato Dentro. O reconhecimento do Circuito Serra do Cipó contribuiu para a formalização oficial da região no mercado turístico e para demonstrar que a Serra do Cipó se estende, abrangendo uma extensa área de cerrado, mata atlântica e campos rupestres (FERREIRA, 2010).

Outra política do governo do estado que contempla a região é o programa conhecido como “Estrada Real”. Trata-se de um programa de desenvolvimento turístico baseado nos antigos caminhos utilizados para o escoamento da produção de ouro e diamantes da colônia para Portugal. É um projeto que abrange diversos municípios mineiros localizados entre Diamantina e Paraty, conhecido como “Caminho Velho” – e os municípios entre Ouro Preto e Rio de Janeiro – conhecido como “Caminho Novo.”

Gontijo(2007) ainda preconiza que os municípios, distritos e povoados vêm sofrendo uma movimentação turística crescente pelo fato de fazerem parte de um trecho da Estrada Real (...) Trata-se de um eixo que tenta resgatar a cultura tropeira, aliado às potencialidades cênicas emanadas da vertente Leste do Parque Nacional da Serra do Cipó, o carro chefe para atração cada vez maior do número de turistas para a região.



(Anúncio de pousadas – Serra do Cipó, 2016)

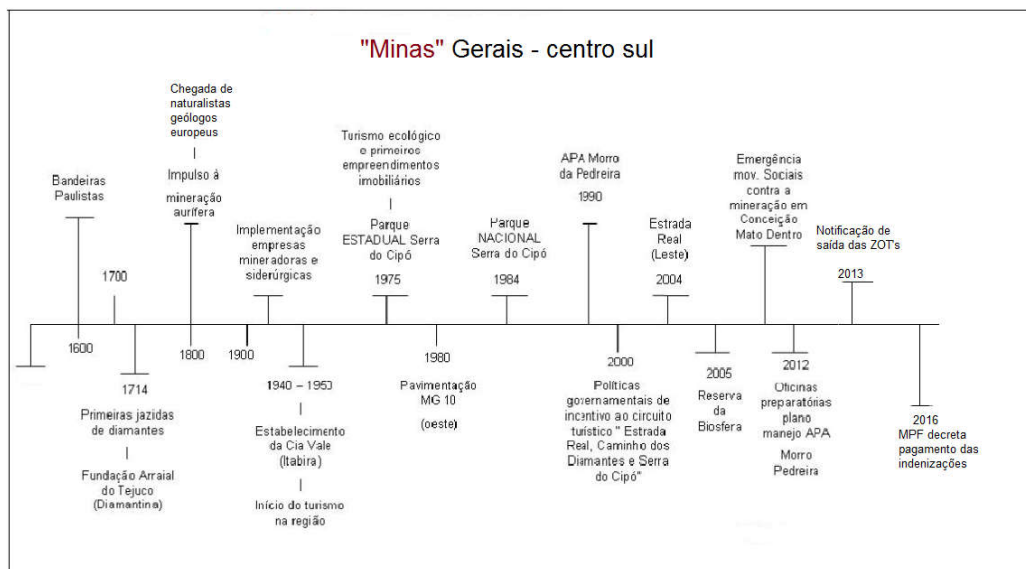
Com o aumento desordenado de turistas, emerge a especulação imobiliária na região, os imóveis ficam mais caros, e isso se dá de maneira rápida e instantânea em razão da descoberta do grande potencial da região, bem como de seu elevado número de atrativos (principalmente cachoeiras e rios) destinados a passeio e diversão.

Segundo levantamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2011), nos últimos anos vivenciou-se intensa descaracterização ambiental e cultural da Serra do Cipó, sobretudo devido aos empreendimentos que vêm sendo implantados na região, com a presença de condomínios residenciais de grande porte e o turismo predatório (FERREIRA, 2010).

Os turistas da região vêm de lugares distintos, em sua maioria são moradores classe média alta da capital mineira Belo Horizonte, que precisam sair da agitação da cidade e buscam uma área verde e bucólica para descansar em finais de semana, ou jovens que buscam lugares verdes para fazerem ecoturismo, na busca de cachoeiras, escaladas, *trekking*¹⁰. Já me encontrei com turistas vindos da França, Suíça, Itália e Canadá. Vieram ao Brasil apenas para conhecer a Serra do Cipó.

A história da região passa, portanto, pelos bandeirantes, pelo ciclo da mineração e dos tropeiros, pelas grandes viagens de naturalistas europeus, pelos empreendedores industriais, pela prática tradicional e, mais recentemente, pelo desenvolvimento da atividade turística e pesquisas das ciências naturais sobre a fauna e flora da região.

¹⁰ Seguir um trilho ou o percurso pedestre. Trilha ou caminhada, que podem durar horas e até mesmo dias



A linha do tempo do Uso e Ocupação da Serra do Cipó nos ilustra como essa região durante longo período foi palco de exploração. Seja pelos bandeirantes a serviço da coroa, como pelo turismo e pela especulação imobiliária, mas a história da Serra do Cipó não funciona a partir de uma linearidade, ela é marcada por acontecimentos-fissuras que envolvem povo e território, movimentos de retornos e desdobramentos. O parque surge como uma fissura na história de um povo e de um lugar, após sua chegada algo se rompe, e um novo se constrói.

Ao contrário do que se pensa o parque não se reduz a um ambiente natural, palco de recreações, dissociado da sociedade que ali sempre existiu.

Muitas famílias do lugar, com raízes indígenas e negras, habitavam o território, hoje Parque, há mais de três gerações e mantinham uma relação com a natureza que possibilitava fartura, autonomia e livre acesso às suas terras. Com a implementação do Parque, as Comunidades Tradicionais foram obrigadas a deixarem suas casas, roçados e um modo de vida tradicional que foi anulado e invisibilizado pelos órgãos ambientais.

Entretanto, ainda existem famílias que resistem dentro do parque em uma região de nome *Retiro*, nas chamadas: Zona de Ocupação Temporária- ZOT, o plano de manejo determina que: a Zona de Ocupação Temporária é a região cujos moradores

“permanecerão, em caráter vitalício, através de acordos intermediados por assistentes sociais e/ou médicos. É o caso de algumas pessoas muito idosas ou com problemas mentais cuja saída do vale, nos parece, os levaria a um

inevitável quadro de inadaptação ao meio urbano próximo” (Plano de Manejo, encarte 4, item 4.4.8).

A situação dos atuais moradores das ZOT's não foi inteiramente regularizada, devido à ausência de celebração de termo de compromisso- TC com o órgão gestor da unidade de conservação, o que lhes vem causando o temor de serem expulsos de suas terras. No dia 05 de junho de 2013, os moradores foram notificados pelo ICMBio a desocupar a região no prazo de 30 dias. Diante da notificação, foi expedida pelo Ministério Público Federal a Recomendação MPF/MG nº 82, de 02 de agosto de 2013, dirigida ao ICMBio, com vistas ao reconhecimento do direito da população idosa a permanecer de forma vitalícia na área do Parque Nacional da Serra do Cipó, onde tradicionalmente fixou residência, bem como, após o falecimento dos idosos, a prévia e justa indenização dos herdeiros a serem desapropriados (MPF, p. 09, 2013).

A área que as famílias ocupam no Parque é diminuta: apenas 0,0013% da área total da unidade de conservação. Tal ocupação é harmoniosa com o entorno, ficando evidente que as consequências de sua permanência no parque são muitíssimo menos nocivas aos valores socioambientais do que os impactos de sua remoção forçada (MPF, 2016).

Ainda no ano de 2013, a portaria do Parque na entrada Cardeal Mota, hoje conhecida como Serra do Cipó, distrito de Santana do Riacho, realizou a obra de um grande estacionamento no território parque. Patrulas passaram por cima do roçado de alguns moradores das ZOT's, e uma vasta estrada foi concretizada. Essas obras ainda foram iniciadas em período chuvosos, gerando enxurradas de barro que desceram até a casa dos moradores, criando riscos de desmoronamento além do risco de assoreamento do rio caso o barro chegue à encosta. Percebe-se que, de acordo com as regras cosmográficas de uma Unidade de Conservação de cunho integral, não é admitido interferências humanas sobre o ambiente parque, para tanto, famílias são expropriadas e suas ações possuem caráter limitado dentro de suas pequenas propriedades. No entanto, o próprio ICMBio realiza interferências ainda maiores que os pequenos produtores. Não pode realmente interferência ou quem não pode realizá-la?



(Após a realização do estacionamento para turistas, lama sobre o roçado das famílias do lugar, 2013)

Mas nem todos foram assegurados pela Zona de Ocupação Temporária. Depoimentos colhidos na época por Santos e Dapieve (1998, p.53) revelam que “o processo de expropriação foi conflitante, traumático, significando a perda de propriedades, bens e uma mudança radical de vida”. Caso emblemático foi relatado pelos irmãos da família Minéia, que foram retirados pelo IBAMA e Polícia Federal em meados dos anos 2000 sem qualquer indenização e colocados em um posto da polícia militar abandonado na beira da estrada de Jaboticatubas, entrada do PNSCi. Ali permaneceram por três anos vivendo de doações e sem qualquer perspectiva de trabalho, uma vez que sempre trabalharam por conta própria em suas terras. Revelam um período de humilhações, vergonha e adoecimento provocado pelas condições que foram submetidos e pela insalubridade da água local (ANAYA e SOUZA, 2013).



(Residência dos Minéia após Expropriação – Foto: 2016)

“A maior parte do pessoal de idade morreu, eles não queriam sair e os “grandes” obrigaram, sabe. Que tinha sair. Então esse povo com raiz ali, nascido e criado já com seus oitenta e poucos anos, né. A maior parte desse pessoal morreu de desgosto, né.(...) Igual essa dona que

está lá, ela disse que sai no caixão. Lá ela recebe você com foice, do cabo desse tamanho, e com a mão cheia de pedra. Inclusive a luz aqui que colocamos para todos, na casa dela não tem, não aceitou a Cemig entrar lá, não tem iluminação. Ela clareia com lamparina, né”.

O que são Comunidades Tradicionais e por que existem tantos debates a seu respeito?

Enquanto pesquisadora do núcleo de pesquisa em conflito ambiental viajei pelo sertão norte - mineiro, conheci e vivenciei experiências com algumas dessas comunidades. Conheci *Pescadores Artesanais* que são os “guardiões” do rio São Francisco. Cuidam daquela região, cuidam dos peixes. Lutam contra a pesca industrial, vivem da pesca de subsistência e do artesanato, retirando o barro do rio. Conheci *Vazanteiros* que possuem esse nome por viver em vazantes, na beira do rio. São da Comunidade Pau Preto, vivem encurralados pelos Parques Estaduais: Verde Grande, Mata Seca e Lagoa do Cajueiro, neste sentido, por estarem dentro de uma zona de conflito, possuem suas práticas tradicionais restritas, viviam do extrativismo e do plantio em vazantes, querem a demarcação territorial. Conheci também os *Apanhadores de Flor*, da Comunidade Quilombola dos Macacos em Diamantina e os *Apanhadores de Flor* da Serra do Cipó, tinham como fonte de renda o extrativismo e a venda de flores locais. Apanhavam, colocavam para secar e vendiam. Esses são apenas alguns exemplos da enorme diversidade de Comunidades Tradicionais espalhadas por todo o país, mas o que são elas? O que elas possuem em comum?

“a) São herdeiras de povoadores ancestrais, distantes da atual geração o bastante para que seus nomes, suas datas e seus feitos estejam totalmente apagados de registros históricos e/ou sejam revividos na memória como uma saga fundadora ou um pequeno repertório de mitos;
b) São herdeiras de povoadores ancestrais reconhecidos, de tal maneira que os dados de origem da geração fundadora estão estabelecidos como registro (não raro documentos pessoais ou cartoriais de fundação de lugar ou doação de terras) e cuja linha de sucessão de modo geral pode ser traçada até a presente geração;
c) A geração atual é ou se reconhece, desde um tempo passado, mas ainda presente na vida dos mais velhos ou na memória ativa de seus filhos, como fundadora original do lugar em que vive e da comunidade que constitui;”
(BRANDÃO, p.352, 2012).

Possuem modos de vida peculiares. Em suma: vivem e reproduz o seu modo de vida, naquele território por várias gerações; tem dependência da natureza; quase nenhuma acumulação de capital; desenvolve várias atividades nas suas unidades familiares (agricultura de subsistência, criação de animais, artesanato, produção de farinha); portanto, caracteriza-se como sociedade/população/comunidade tradicional (DIEGUES, 2004; DIEGUES & NOGARA, 2005). Guha (2000) postula que é justamente essa longa tradição de interação com

o habitat que permite a produção de tecnologias próprias e práticas culturais levando-os à sustentabilidade das áreas em que vivem, podendo inclusive levar ao aumento da diversidade biológica.

As Comunidades Tradicionais tiveram seu reconhecimento político com o Decreto Federal nº 6.040 de 13 de julho de 2006, no qual se instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que os reconhece como grupos culturalmente diferenciados com formas próprias de organização social e reprodução cultural, social, religiosa e econômica. Usam e ocupam seus territórios como forma de reprodução sócio cultural, além da utilização dos recursos naturais como forma de melhoria da qualidade de vida atual e das gerações futuras (BRASIL, 2006).

Esclarecendo

Venho trabalhando a partir do conceito de Comunidade e Povos Tradicionais. Tal conceito se caracteriza como uma **identidade**. Sou *Tradicional*, sou *Geraizeiro*, sou *Vazanteiro*, sou *Apanhador de Flor*... Entre muitos outros nomes que os povos se identificam e se constroem. A identidade possui uma especificidade: ela diz de um nome que carrega consigo atos e modos de vida, um nome que possui uma relevância histórica e percursos de uma geração. Mas corre o risco de a identidade paralisar e limitar o sujeito: “*Ser isso é não ser aquilo*”. Foucault (2004) em seus escritos elucida o modo como temos nos aproximado das lutas identitárias; identidade como *estratégia política*:

Se a identidade é apenas um jogo, apenas um procedimento para favorecer relações, relações sociais e as relações de prazer sexual que criem novas amizades, então ela é útil. Mas se a identidade se torna o problema mais importante da existência, se as pessoas pensam que elas devem “desvendar” sua “identidade própria” e que esta identidade deva tornar-se a lei, o princípio, o código de sua existência, se a questão que se coloca continuamente é: “Isso está de acordo com minha identidade?”, então eu penso que fizeram um retorno a uma forma de ética muito próxima à da heterossexualidade tradicional. Se devemos nos posicionar em relação à questão da identidade, temos que partir do fato de que somos seres únicos. Mas as relações que devemos estabelecer conosco mesmos não são relações de identidade, elas devem ser antes relações de diferenciação, de criação, de inovação (FOUCAULT, 2004, p.265-266)

A Sra. Maria da Consolação, é apanhadora de flor, é mulher negra, mãe de três filhos, é avó, adora fazer compotas de pimenta, tem coleção de panelas antigas, guarda os objetos das bisavós em casa. A Sra. Maria da Consolação adora música, fica abatida quando as pessoas se importam mais com as cachoeiras do que com povo local, acredita que sua casa poderia ser

um museu. Reconhece-se como pertencente ao território, se diz apanhadora de flor, mas não se limita a isso.

Atualmente no Brasil, os trabalhadores da agricultura familiar, os povos indígenas e quilombolas, os pescadores artesanais e extrativistas possuem benefícios na Previdência Social, bem como estudantes indígenas aldeados e quilombolas matriculados em instituições federais de ensino superior, independente da modalidade de ingresso e o curso que estiverem matriculados, possuem o direito de participar do programa de bolsa permanência, desde que comprovada a residência em uma comunidade tradicional. O plano de manejo de algumas Unidades de Conservação leva em consideração a presença de Povos Tradicionais em seu território. Nesse sentido, faz-se necessário trabalhar com esse conceito de identidade, compreendendo suas eficácias enquanto estratégia, mas indo para além dele, analisando os seus efeitos. Que processos e experimentações forjaram e forjam esse sujeitos expropriados de seu território? Como a vida dentro do território, agora Parque, os constituiu? Como *ser* fora do parque? A produção de subjetividade aparece neste trabalho diretamente. Como as vidas que foram expropriadas criam novos corpos e novos territórios para dar conta do diferente? O atravessamento da política ambiental incide nos sujeitos que outrora tiveram práticas e manejos específicos com a terra, e, agora, com seus modos de vida criminalizados, são obrigados a viver de outra forma e em outro lugar...

A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação ou de semiotização não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microsociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extraindividual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, ou seja, sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagem e de valor, modos de memorização e de produção de idéias, sistema de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos e assim por diante) (GUATTARI & ROLNIK, 2008, p. 39)

Quando falamos em expropriações de Comunidades Tradicionais, o *Território* emerge como uma questão central do conflito. Parto do pressuposto que ele é condição de existência, de sobrevivência física para os povos que compartilham da mesma origem e elaboram uma unidade. É espaço de produção, de relação com a natureza (matas e florestas, rios, animais), e um lugar também de simbologia, incluindo o sentido sagrado da terra. Falar de território significa falar de *modos de vida*. Bonnemaïson e Cambrèzy (1996) postulam que o território

“não diz respeito apenas a função ou ao ter, mas ao ser” e que “perder seu território é, efetivamente, em mais de um sentido, desaparecer”. Little (2002) ainda aclara que os territórios dos Povos Tradicionais se fundamentam em décadas, em alguns casos séculos de ocupação efetiva. A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações.

Acontece que o Parque chega, embasado no discurso preservacionista de natureza intocada e o povo é obrigado a sair. E, com isso, emerge o conflito. Dentro desse conflito, existem diferentes tipos de visões e apropriações territoriais e interesses em relação ao lugar. Disponho-me a ouvir e construir conjuntamente aos moradores expropriados, histórias de vida permeadas de colheita de flores, agricultura familiar, solta de gado em terreno comum, sofrimento pela dificuldade e isolamento local, e a chegada de um Parque que provoca ruptura em uma comunidade. O que aqui é trabalhado diz respeito a um conflito que permanece há mais de 30 anos com a implementação do Parque durante o período militar no Brasil. Como as Comunidades Tradicionais que lá residiam sentiram a expropriação, como se constituíram como sujeitos dentro e fora do Parque, como a vida criou outras novas e potentes formas de resistir e agir. O Parque continua, a vida também. A memória de um lugar emerge, o que faz sentido, fica.

A entendimento análise das lutas locais como vetores de subjetivação dos Povos Tradicionais da Serra do Cipó, fala de modos de vida e traça possibilidades e diferenças nas condições de ser sujeito de *dentro* e de *fora* de um Parque. Quando lá moravam, possuíam uma vida baseada naquilo que se colhia e plantava. A alimentação era conduzida de acordo com as estações do ano e o que dava em cada época. Utilizavam a venda, que ficava na parte de baixo da Serra, para comprarem sal e macarrão. Todo o resto se produzia ou havia troca.

Lá o terreno é muito bom. A gente colhia tudo, mandiocal, canavial, arrozal, amendoim, tudo a gente colhia lá né. (...) Tinha criação de gado. Então descia mesmo pra buscar alguma coisa que faltava né. Colhia café. Era muito café, assim era muito grande. Tudo a gente colhia...

Aqui antigamente não comprava nada não. Tinha porco no chiqueiro, tinha boi que matava de vez em quando, tinha muita galinha.(...)comprava mesmo era sal, macarrão, banha né, eles faziam também azeite de macaúba, fazia sabão(...)não gastava e também não corria dinheiro naquela época, trocava né, você vinha trabalhava pra mim eu ia e trabalhava pra você(...) ninguém recebia dinheiro

O canavial fazia cachaça, fazia rapadura. Aqui mesmo tinha um alambique ó. Começava moer cana era 3 horas da manhã né e quando amanhecia, você já tava pronto né, com as caixa de garapa.

Com a saída do território, as práticas tradicionais que outrora dominavam, não faziam mais sentido. Há de se viver na cidade, é preciso criar um corpo para dar sustento ao novo. É necessário procurar emprego, matricular filhos na escola, construir uma casa e reterritorializar o espaço.

Aí depois quando o IBAMA proibiu a colheita de flor, o marido da senhora foi trabalhar onde? *Paramos de mexer com a flor aí nós ficamos morando lá bem pertim e ele foi trabalhar no IBAMA.*

Eu só sabia mexer com as coisas de roça, né. Aí tive que aprender a fazer mais coisa, virei pedreiro, hoje faço casa... e modéstia a parte, minhas casas são bem bonitas, viu

Os Povos e Comunidades Tradicionais que foram expropriadas da Serra do Cipó tiveram que rearranjar modos e práticas de existência. Já não é possível o plantio e a colheita de flores, a agricultura familiar que outrora era o sustento da casa, não existe mais. Faz-se necessário um trabalho que lhes permita viver na cidade, mesmo que esse seja ao lado da instituição que os expulsou. Houve um deslocamento, fissura e ruptura, corpos foram criados para o novo, ainda que o “velho” e tão presente modo de vida não se desfez por completo.

E nessa época do povo mais antigo, você lembra se tinha festa? *Ah tinha muita festa. Candombe, né batuque. **De onde que vinha o Candombe?** Ah desses velho né, descendente deles, hoje que o povo não ta mais caçando isso. Tinha a roda né. Chamava moda de quatro né. Antigamente as casas era tudo assoalho de madeira, né. Então eles batia, era bonito demais. E também fazia as rodas né, como se fosse uma quadrilha. Ai vai um cuma viola, um com a sanfona e outro fazendo os versos e dava uma rodada assim, sempre os par né. Aí faz aquela roda assim e as mulher acompanha. Ia fazendo o coro na frente e elas acompanhando. Ai vai rodando. Tem vez que dá uma roda de umas 30 pessoas. (...) o Batuque era quatro pessoas. Só quatro que dançava. O resto ficava olhando e depois trocava, hoje aqui embaixo a gente ainda faz uns sons, mas o povo que dança mesmo não mora mais por aqui, ou morreu ou mudou. A vida da gente mudou muito, ne... depois da chegada do parque.*

A vida mudou com a chegada do Parque.

o Parque se instalou,
o Candombe antigo acabou
o sapateado na madeira ainda ressoa pelo mato
O Parque permanece
As pessoas ainda dançam, fazem sons e rodas
Os amigos se re-encontram, trocam causos e modas
Trocam mudas de plantas em suas casas
Muita coisa mudou, muita coisa permanece

E hoje em dia, como que o senhor vê essa questão do Parque aí, com os turistas e as pousadas, como que o senhor percebe isso? Os turistas pelo um ponto é bom né, porque traz benfeitoria pro lugar né. Mas junto com os turistas, as coisas não ficam iguais eram não, porque vai atrapalhando nuns ponto também né, porque vem muita gente boa, mas sempre vem as pessoa diferente. Então não é igual era quando a gente mudou pra cá, a gente podia até dormir com a janela aberta, com a porta aberta, sem problema nenhum, hoje em dia é mais mudado. A gente precisa ficar esperto.

Outras narrativas evidenciam a violência, física e simbólica, com a qual implementa a política de uso, apropriação e concentração de terras no Brasil.

*(...) Nem os pé de manga se for lá, não ta lá mais, tirou tudo. **O senhor já chegou a voltar lá, depois que saiu?** Voltei, voltei, mas foi bem antes que eu voltei lá, mas quando eu voltei lá já tava tudo queimado. Queimou. Cabou casa, cabou tudo. Não tenho mais minha casa. Chegaram e disseram que tinha 30 dias para sair, saímos com a roupa do corpo, fizeram um despejo*



(Morador frente à sua antiga casa – NIISA, 2013)

3 Adentrando o Território

Como referido anteriormente, a primeira etapa desta pesquisa iniciada em 2013, foi desenvolvida com a minha inserção no Núcleo interdisciplinar de Investigação Socioambiental- NIISA/CNPq UNIMONTES.

Até então, o conflito que conhecíamos se baseava em uma notificação emitida pelo ICMBio, para a retirada das seis famílias ainda residentes no território, nas chamadas Zonas de Ocupação Temporária. A ZOT permite uma brecha no plano de manejo do Parque, assegurando a presença de moradores idosos, portadores de sofrimentos mentais, sustentada no argumento de que a saída de suas terras causaria muitos danos, bem mais do que a sua permanência.

Nesta primeira etapa, pesquisadores da UNIMONTES e da UFMG, prestamos assistência às famílias notificadas junto ao Ministério Público Federal, que emitiu uma ordem de permanência vitalícia. Entretanto, essa notificação causou muito desconforto e tumulto na região da Serra do Cipó. A mídia esteve presente, fazendo vídeos alternativos e carta aberta à população no site: Combate Racismo Ambiental¹¹. A partir desse momento de notificação, outras famílias (já expropriadas) começaram a se manifestar: “*Eu também morava lá*” “ *Eu também tinha minha casa e fui expulso*” “ *Isso também aconteceu comigo*”. Cerca de 20 famílias denunciaram o momento que foram expropriadas, e diziam que nunca tinham comentado isso com ninguém de fora. A vida na Serra do Cipó se restringia aos familiares. Algumas famílias contavam com advogados na luta para receberem indenizações pelo terreno há mais de 30 anos. Isso foi mantido em silêncio por todo esse tempo, ninguém comentava sobre conflito, a Serra do Cipó se resumia a lazer e cachoeiras. Mas com a notificação em 2013, as famílias que foram expropriadas há 30 anos começaram a se levantar, e pela primeira vez, foram escutadas.

Em outubro desse mesmo ano, foi realizado na Serra o primeiro *Reencontro dos Povos e Comunidades do Cipó: Memória, Cultura e Lugar Serra do Cipó – MG* que contou com a presença dos antigos moradores da Serra que representavam suas famílias; representante do Quilombo Açude, que fica no entorno da região; representantes do ICMBio; pesquisadores das Ciências Humanas e Naturais; assessoria do Ministério Público Federal.

¹¹ <http://acervo.racismoambiental.net.br/2013/07/30/mg-moradores-historicos-estao-sendo-expulsos-de-suas-terras-na-area-do-atual-parque-nacional-da-serra-do-cipo-em-nome-de-uma-natureza-intocada-que-preservaram-ao-longo-dos-tempos/>

Nesse encontro, as famílias tiveram a oportunidade de relatar, durante dois dias, como ocorreu o momento de saída do território e como era a vivência na Serra do Cipó. Houve a construção de um mapa mental e relatório contendo falas e reivindicações.

“Tinha as Festas Religiosas, as pessoas rezavam novenas, faziam batuques, toda a comunidade se unia, iam a pé e a cavalo, tinha festas de Santo Antônio e outros santos, o IBAMA chegou e disse que ia dar 30 dias para os moradores saírem, chegou o “Moreira” (Policial) destruiu várias casas e disse que ia pagar para os moradores comprarem outro lugar, e o IBAMA entrou com posse no terreno, nunca vimos a cor desse dinheiro¹²”

Após o desfecho do re-encontro, seguimos para casas de diferentes moradores para a realização da escuta mais precisa com cada família. A escolha desses moradores foi mediada pela filha de um ex-morador, que, por trabalhar na escola da cidade, conhecia as particularidades de cada família, de onde vieram e algumas situações mais conflituosas.

As entrevistas foram realizadas em diferentes ambientes, mas em sua maioria na cozinha, na beira do fogão a lenha. Servidos de café e uma longa prosa conhecemos, paulatinamente, a realidade de muitos moradores: vivem de trabalhos manuais (carpintaria, marcenaria, construção civil, afazeres domésticos). Trazem em suas falas um saudosismo do lugar e seus antigos modos de vida. Na maioria das casas, as Sempre-Vivas (flor seca, extraída da região) estavam presentes.

Nesta primeira etapa (2013), obtive como frutos da pesquisa, registro fotográfico, entrevistas, estudos aprofundados em fontes primárias e secundárias no que diz respeito à Serra do Cipó, bem como o diário de campo. O que se pode perceber, é que dentre uma vasta bibliografia sobre a região, nada consta sobre o conflito. Os estudos se limitam ao Turismo e à Especulação Imobiliária, assim como Fauna, Flora, Rios e Matas Endêmicas.

O conflito que outrora era silencioso, agora gritava e ressoava em mim. Resolvi, então, dar seguimento as entrevistas, adentrar o campo e compreender a realidade dos Povos Tradicionais presentes na Serra do Cipó que foram expropriados há mais de 30 anos, e se mantiveram em silêncio durante tanto tempo.

Esse segundo momento de pesquisa, realizado no período do mestrado, foi registrado através da construção de um diário de campo e de fotografias. As entrevistas, mediadas agora por uma neta de morador, me colocou em contato com cinco ex-moradores da Serra do Cipó,

¹² Fala de morador presente no Relatório do I Reencontro dos Povos do Cipó.

homens e mulheres. A minha escolha por esses ex-moradores se deu pela disponibilidade de encontro, abertura para conversas, e por serem mais velhos e representantes de uma extensa família.

Na beira do fogão a lenha, um café e longas conversas.

Sentada em seu bar, aguardente e boas prosas

Na beira do rio, uma vara de pescar e grandes incômodos narrados

A Memória emerge para mim como um conceito chave no meu trabalho, ela é ao mesmo tempo meu objeto de estudo e minha metodologia. Leva-me a compreender o quê e como os conflitos emergem. Quando selecionamos algo, deixamos outros à deriva. O que carrega significado e afeto permanece. O Território também surge como base de toda pesquisa. O Povo o constitui, e é constituído por ele. E, nessa relação de pertencimento, vidas se fazem, e novas subjetividades são produzidas, *dentro e fora* do Parque.

“Precisamos dar voz, é necessário dar voz ao povo!” Já perdi a conta de quantas vezes ouvi e li essa frase. E o povo não tem voz? Quem somos nós, grandes intelectuais dotados do majestoso poder acadêmico que tanto almejamos “dar voz ao povo”? Faz-se imprescindível, primeiramente, compreender que a Comunidade Tradicional da Serra do Cipó tem voz, tem um lugar, e são donos de um saber singular. No que se refere à questão do território e sua territorialidade, quem de fato sabe e pode falar sobre esse tema é o povo. Ao postularmos que a Comunidade lá presente possui sua própria voz, já nos desarmamos do suposto saber sobre o lugar e passamos a ouvir de fato o que eles têm a dizer.

Portelli (2009) aclara que o trabalho do pesquisador da História Oral é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra. Sabemos que isso além de ser um trabalho político é também ético, uma vez que tem a ver não só com o direito à palavra, o direito básico de falar, mas com o direito de falar e ser ouvido, ser escutado, de ter um papel no discurso público e nas instituições políticas. A pesquisa aqui apresentada não seria possível sem a participação ativa da Comunidade.

A História Oral aparece, então, nesse trabalho de forma miúda e potente. As entrevistas não se limitam apenas ao ato de extrair informações, mas abrir um espaço de narração, onde a Comunidade fala. Fala sobre aquilo que é perguntado, fala sobre aquilo que tem vontade e extrapola os manuais, fala e é escutada. A relação é dialógica, e não dois

monólogos. Compreendo que ao entrevistar, eu não sei sobre o que o entrevistado sabe, uma experiência de aprendizagem com o lugar e um povo.

Por que buscamos fontes orais? Por que trabalhamos com elas? Não só porque as pessoas que entrevistamos possuem informações de que precisamos, que nos interessam. É mais do que isso. É porque há uma relação profunda, uma relação muito intensa, entre a oralidade e a democracia. Todos os meios de comunicação, do *scanner* ao *computer*, excluem uma parte da humanidade. Há pessoas que não sabem escrever ou ler; há pessoas que não manejam o computador; porém a voz, a oralidade, é um meio de comunicação que todos os seres humanos possuem e, de alguma maneira, controlam. Então, quando buscamos fontes orais, as buscamos em primeiro lugar porque na oralidade encontramos a forma de comunicar específica de todos os que estão excluídos, marginalizados, na mídia e no discurso público. Buscamos fontes orais porque queremos que essas vozes – que, sim, existem, porém ninguém as escuta, ou poucos as escutam – tenham acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente (PORTELLI, 2009, p. 02)

O percurso da História Oral se deu à margem, muito criticada pelos historiadores ortodoxos, surge no intuito de trabalhar com os que estão à margem. Trazendo à tona as vozes de um povo, a oralidade se apresenta como saída e linha de fuga diante de uma ciência tradicional que durante muito tempo excluiu e exclui outros tipos de saber. Portelli (2009) preconiza que a História Oral se originou nas margens, não só nas margens da academia, mas nas margens da política, eram todos heréticos, eram todos marginais, e dessa margem começou a História Oral como compromisso ideal, ético, político.

Acredito que essa metodologia de pesquisa se alia diretamente com o meu interesse em trabalhar com conflito ambiental a partir da visão das Comunidades Tradicionais.

Acredito na história oral precisamente porque ela pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais. E penso que parte de nosso desafio é o fato de que realmente encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento. Encaramos a memória como um fato da história; memória não apenas como um lugar onde você "recorda" a história, mas memória "como" história (PORTELLI, 2000, P. 69)

Pollack (1989) nos diz que é impossível falar sobre a construção da história sem mencionar a questão do poder. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a História Oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", nesse ínterim Chimamanda Adiche (2009) aclara sobre o perigo das histórias únicas, histórias oficiais, que são escritas por um grupo específico de pessoas, que desconsideram a existência de histórias, de memóriaS. Falamos novamente sobre quem exerce o poder, não apenas na escrita da história, mas qual a versão dos fatos que é explicitada e como é. Como existem Histórias Únicas, também existem Memórias Únicas, e isso se dá como estratégia de

invizibilização e silenciamento de novas histórias e fatos... A história e a memória entram em disputa.

A História Oral surge e se esquia dessa “história oficial”, traz a história da margem, a oralidade, aquilo que não está escrito, o que não se passa na televisão, o que não se diz. As lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLACK, 1989, p.03).

As Comunidades Tradicionais da Serra do Cipó que ainda não tinham falado sobre as expropriações, vêm um lugar de fala e momento propício para conversar sobre. Neste sentido, Portelli (2009) postula que a entrevista é também um desafio que colocamos ao entrevistado, porque ele tem que organizar a narrativa, o conto, a interpretação de sua vida de uma forma nova, de uma forma mais complexa e de uma forma que alguém que não faça parte de sua comunidade, possa entender.

O próximo nível concerne ao que fazemos quando acaba a entrevista, porque, quando a entrevista termina, voltamos para casa, para a universidade, e começamos a escrever nossos artigos, nossos livros, ou a fazer nossos vídeos, nossos documentários, ou algo assim. E, nesse momento, o poder está em nossas mãos. Porque a palavra que recebemos é uma palavra alheia; porém a palavra que escrevemos, essa é nossa, essa está em nosso nome, aquele que aparece na capa dos livros que escrevemos. Mas essa palavra nossa, esses livros que levam nossos nomes não os produzimos somente com nossas palavras; nós os produzimos com as palavras alheias que os entrevistados nos confiaram no encontro dialógico. Pois a relação entre o entrevistador e o entrevistado não se acaba ao desligar o gravador ou a câmera de vídeo; ela continua, continua na responsabilidade que nos confiam no momento em que nos dão de presente ou nos emprestam essas palavras, esses contos que não nos pertencem (PORTELLI, 2009, p. 05)

O meu compromisso ético-político com a Comunidade Tradicional da Serra do Cipó, se dá na medida que eu escuto seus relatos e os trago em meu trabalho tensionando as relações de força e poder que sempre imperaram sobre este território. Uma nova história é escrita, por mim e por todos que falaram e vivenciaram as expropriações. A memória subterrânea emerge, uma nova Serra do Cipó aparece.

E por falar em Memória

“Pois lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição” Marilena Chauí(1994)

*E agora, José?
Não posso apanhar flor
Não posso pescar
Não posso roçar*

*E agora, José?
Não posso cuidar
Não posso preservar
Nem ao menos morar*

*E esse tal parque, José?
Integral
Imoral
Desleal
Federal*

*José,
Eu sempre morei
Eu sempre cuidei
José... Dói!
José sou Eu ¹³*

O homem espera da memória que ela o salve da degradação, que o retire do tempo, conduzindo-o às verdades eternas, formas imóveis e anteriores a tudo o que se constrói, a tudo que muda, a tudo o que é acidental e contingente (GONDAR, 2005). Em minha pesquisa, trabalho na perspectiva que o conceito de Memória é social, sendo objeto passível de ser conceituado, não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente. Nesse sentido Vidal (2012), postula que trabalhar com um tema como memória implica em fazermos opções, já que a quantidade e amplitude de abordagens nos impõem, de antemão, o limite de cobrir tão vasta produção. A memória - o ato de lembrar e de esquecer - já foram trabalhados por filósofos, religiosos, romancistas e cientistas das mais diversas áreas e momentos da história, é ao mesmo tempo uma temática antiga e atual, e por isso discuti-la significa mapear, em meio a tantas vias possíveis, o caminho que mais se aproximam do meu campo, a Serra do Cipó.

¹³ Poema de minha autoria. Paráfrase de *E agora, José* do Carlos Drummond de Andrade

Gondar (2016) aclara que é importante entender que enquanto campo de estudos, a memória social já existe desde o início do século XX, entretanto, apenas nos anos 1990, emergiu como lugar importante na academia e em suas pesquisas, a partir da valorização das relações com o passado que passou a habitar a vida social e cultural. Faz-se importante preconizar que ao postularmos a multiplicidade e movimentos conceituais não implicam necessariamente ecletismo ou pulverização de diferenças, podendo dar lugar a um pensamento rigoroso, mas, sobretudo, ético. Nesse sentido, busco o desafio conceitual de se trabalhar com Memória Social, que é a aliança entre a abertura e o rigor teóricos. Para tanto, me ancoo em autores clássicos e contemporâneos, elucidando suas semelhanças e diferenças, para melhor compreender os processos mnemônicos que emergem através dos sujeitos expropriados pela implementação do Parque Nacional da Serra do Cipó.

Quando se trabalha com um grupo de pessoas que possuem modos de vida semelhantes, práticas tradicionais, e são submetidas a um acontecimento traumático em suas vidas, como o deslocamento compulsório do território, ficam alguns questionamentos, como: a memória é individual ou social? O que se lembra pertence apenas ao sujeito ou de alguma forma ele apreendeu o seu meio? As suas mais remotas lembranças são apenas individuais? Como é possível se lembrar de algo tão pessoal e mesmo assim pensar em uma memória que se considera social?

Para Halbwachs (2004), esta ideia de que por serem “nossas” e “pessoais”, as memórias seriam individuais seria na verdade um grande equívoco, uma grande ilusão. Em primeiro lugar, diz nos Halbwachs (2004), nunca estamos sós. Mesmo quando se trata de acontecimentos vividos sem mais ninguém, esse estar só é apenas uma aparência, pois estamos sempre ligados a outros homens, não necessitando que estes estejam presentes. Mas dizer que a memória é social, não quer dizer que toda lembrança seja coletiva (VIDAL, 2012).

[...] se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para a cultura inteira: sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história “social”) [...] (PORTELI, 2006, p. 127)

Mas como lembrar? O que diferencia o social do individual no âmbito da memória? E qual a sua importância no contexto da Serra do Cipó?

A Dona Soledade, ex-moradora da Serra do Cipó, viveu sua meninice em um lado da Serra onde se colhiam flores sempre-vivas e ajudava a mãe na colheita do arroz. Já o Seu Zé, também ex-morador da Serra, vivia na parte superior, nos chamados capões, e sua lembrança

é marcada pela solta do gado e cultivo de outros animais. A Vanessa, neta de ex-morador, nunca morou na Serra, mas possui uma lembrança dos seus passeios permeada de flores sempre-vivas, arroz, gado e outros animais. O grupo transmite, retém força e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai singularizando a memória comunitária faz com que fique o que signifique (CHAUÍ, 1994). O processo é a própria alteração, mais do que aquilo que dela resulta; um movimento de tornar-se mais do que a coisa tornada. A memória é bem mais que um conjunto de representações; ela se exerce também em uma esfera irrepresentável: modos de sentir, modos de querer, pequenos gestos, práticas de si, ações inovadoras (GONDAR, 2005).

Partindo desse pressuposto Vidal (2012) postula que, ao dizer que assumimos que os indivíduos participam da construção da memória, ora de maneira mais ativa, ora mais passiva, ora mais criticamente, ora aderindo ao discurso dominante, ora subvertendo as ideias hegemônicas, ora curvando-se às estereotípias, não queremos negar à memória seu caráter social, mas reconhecer que este social não é uma entidade homogênea construída por outros seres que não estes mesmos.

A partir da premissa que toda memória é social já que somos seres eminentemente sociais e não existimos fora das teias de relações que nos recebem e nos instituem como sujeito, não resolve o problema central de entendermos como e de que forma este “social” atua sobre as lembranças. Isto porque, se estas lembranças não podem ser ditas como individuais por sermos seres sociais, também não podemos dizer que sejam apenas sociais, haja vista que comumente são indivíduos que lembram (VIDAL, 2012). Então, indivíduos lembram a partir das suas percepções de um acontecimento, e percepções são diferentes, quando tratamos de pessoas diferentes. O ato de lembrar é social tão quanto individual, o sujeito interioriza o seu mundo e suas relações, mas faz com que permaneça aquilo que possui sentido. E esse sentido, vem do afeto.

Compreendemos, assim, que a memória é individual e social, na medida em que o sujeito lembra aquilo que pertence a um grupo e emerge a partir das suas percepções. Afirmamos o papel do sujeito, mas também dos grupos. Tomo, a cada momento, um tipo de atitude ou olhar que não é apenas meu, mas que foi forjado junto a outros com os quais me relaciono, mas o quê seleciono dos outros e por quê? Seleciono aquilo que me produz afeto, lembro daquilo que me traz sensações. Um cheiro que remete a um lugar, um gosto de uma comida que faz emergir momentos afetuosos, caminhos que fazem lembrar momentos de discussão, brigas, rancor. Lembro aquilo que *toca*. Como a lembrança de um espaço, de um lugar, memórias de um tempo que se passou, amizades, vizinhos, modos de vida, colheita de

flor. Somos “evocados” pela lembrança e esta nos conduz a imagens, sensações, dores... É impossível desvincular a memória de *afeto*. O que fica é aquilo que possui um significado, o que emerge na memória é o que marcou um momento, uma situação, uma época.

[...] A interpretação social que Halbwachs dá à capacidade de lembrar é radical. Entenda-se que não se trata apenas de um condicionamento externo de um fenômeno interno, isto é, não se trata de uma justaposição de “quadros sociais” e “imagens evocadas”. Mais do que isso, entende que já no interior da lembrança, no cerne da imagem evocada, trabalham noções gerais, veiculadas pela linguagem, logo, de filiação institucional. É graças ao caráter objetivo, transubjetivo, dessas noções gerais que as imagens resistem e se transformam em lembranças (BOSI, 2003, p. 59).

Nesse sentido, ao registrar a memória; e, por conseguinte, os afetos dos moradores expropriados da Serra do Cipó, estes reencontram momentos, lugares, e pessoas que os tocaram de alguma maneira. O que fica e por quê? O que a memória guarda de tudo que se passou? Imagine-se um arqueólogo querendo reconstruir, a partir de fragmentos pequenos, um vaso antigo. É preciso mais que cuidado e atenção com esses cacos; é preciso compreender o *sentido* que o vaso tinha para o povo a quem pertenceu. A que função servia na vida daquelas pessoas? Temos que penetrar nas noções que as orientavam, ouvir o que não é audível. Então recomporemos o vaso e conheceremos se foi doméstico, ritual, floral (BOSI, 1994, p 404).

Mas é importante preconizarmos, que a memória não se limita ao passado, ela não é nostálgica, mas criação de um novo, se lembra a partir do presente com um olhar no futuro. Recordar, para os autores aqui trabalhados, seria na verdade um processo ativo, de reconstrução do passado realizado a partir do momento presente. Neste sentido, o passado não estaria conservado em si mesmo, mas sendo refeito a todo o momento, havendo participação de outras pessoas nesse processo. O que se lembra, o que se esquece, o que se revê, em todos esses processos outras pessoas participariam das lembranças, ora como interpretes, ora como testemunhas, corroborando, afirmando, justificando ou ocultando o vivido (VIDAL, 2012). Podemos compreender, portanto, que o passado não seria representado, mas vivido, repetido, sendo uma espécie de memória em ação. Cada vez que se lembra de algo, o faz de uma maneira diferente. Um olhar distinto sobre o mesmo acontecimento, a partir de um presente. O ato de lembrar exercido pelos moradores da Serra do Cipó em 2017, é diferente de se lembrar em 2016. O que difere não é apenas a pessoa, mas a sua maneira de ver o mundo a partir do momento presente. Bosi (2003) postula que, recontar será sempre um ato de criação no qual a ordenação que se realiza obedece a lógicas afetivas muito próprias que pouco conhecemos ou controlamos.

[...] Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é um sonho, é um trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência

do passado “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto das representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 2003, p. 55)

Diante do que já foi elucidado, podemos compreender que a Memória é tanto individual quanto social, ela está intimamente ligada a afetos e sentimentos. Percebemos também, que a memória não é nostálgica, paralisada em um momento da história, mas criação, movimento de outrora a partir do presente. A memória por vezes é saudosista, mas não lamuriosa.

Ao trabalharmos com a memória das Comunidades Tradicionais da Serra do Cipó que foram expropriadas pela presença do Parque, podemos observar não só a maneira como cada um deles apreende o processo de saída e a reconstrução de suas vidas naquele lugar, mas também como, ao longo dos anos, o grupo se constituiu e construiu uma narrativa sobre este processo.

Vidal (2012) aclara que a fonte oral opera por curvas, tem descaminhos, tateia o passado dando-lhe um sentido presente, e nesse tatear encontra seus desvios, atalhos, silencia alguns aspectos, detalha outros. Devemos, portanto, adentrar nesse terreno com rigor e sutileza. Ouvir que foi dito e o que não foi dito, hesitado, passado com brevidade. Agamben (2009, p.57) implica estarmos entre a luz e a escuridão. Ao iluminarmos algo, o outro paulatinamente se apaga. Assim também acontece com o ato de *lembrar*, ele é indissociável do *esquecer*. E, nesse jogo de seleção, construímos nossa vida e nossas percepções, ancoradas nos afetos e aquilo que nos marca. A cada vez que escolhemos transformar determinadas ideias, percepções ou acontecimentos em lembranças, relegamos muitos outros ao esquecimento... Falar de memória, também é falar de esquecimento. Gondar (2016) postula que recordar, não é somente interpretar, no presente, o já vivido; a escolha sobre o que vale ou não ser recordado funciona como um penhor e, como todo penhor, diz respeito ao futuro.

A memória, contudo, nunca é: na variedade de seus processos de conservação e transformação, ela não se deixa aprisionar numa forma fixa ou estável. A memória é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento. Sua única fixidez é a reconstrução permanente, o que faz com que as noções capazes de fornecer inteligibilidade a esse campo devam ser plásticas e móveis. (GONDAR, 2016 p.20)

E a lembrança da senhora da época de menina, como que era lá? Olha eu não lembro muito não. Esse tempo tudo que você precisava era força e enxada. Hoje graças a Deus tudo você acha. Lá era serviço de roça né. Era só mexer com lavoura. Se você queria fazer um arroz, ou milho, você plantava e colhia. Hoje, graças a Deus tudo você acha na venda. E o que senhora fazia naquela época, morando na Serra? Menina, quase que não me lembro daquela época. Bom mesmo é agora, que tudo se acha. Lá era bom, mas prefiro aqui embaixo.

Abreu (2016) postula que só há memória quando existe a relação com o diferente, ou seja, com aquele que faz estranhar, relativizar, tomar distância, ver de outro modo. O que lembrar quando não se é chamado atenção e não sai da sua mesmice? Para onde direcionar o olhar, quando não há sentido no que é realizado? “*Menina, quase que não me lembro daquela época*”. Há de se preferir “*aqui embaixo*” quando aqui possui sentido e afeto. Essa ex-moradora gosta de se arrumar e sair para dançar a noite. Ao passar sua maquiagem, fala dos momentos gostosos que vive no seu dia a dia. No auge dos seus 75 anos, não se considera idosa, está pronta para “*receber aquilo que a vida proporcionar.*”¹⁴ O que se lembra daquela época se resumia a força e a enxada que se precisava, trabalho árduo e pesado na Serra, também permeado de afetos. Lembra-se dessa dificuldade que tanto marcou, essa lembrança é ativada pelo presente, ao perceber que tudo se encontra na venda, que não é mais necessário o plantio.

O Encontro

Indicada para conversar com a Dona Soledade, disseram que ela seria a *memória viva* do lugar e poderia contribuir com meu trabalho. Conforme combinado, me dirigi para casa da D. Soledade que já me aguardava. O que eu não sabia, era que na frente da casa da Soledade funcionava um bar, ela não vendia cervejas, mas aguardente para amigos e conhecidos da região.

Quando a encontrei, me apresentei como estudante pesquisadora do conflito daquela região e que gostaria de conversar com ela. Com o olhar desconfiado, me mandou sentar. Expliquei que essa memória seria importante estar registrada, e que seria um novo documento, que não se encontra em mais nenhum lugar. E, se estivesse disposta, poderíamos

¹⁴ Fala da ex-moradora da Serra, entrevista de 2016

rememorar um lugar e uma época. Poderia gravar a nossa conversa, para posteriormente transcrever e não perder nenhum detalhe?

- *Não, não gosto de gravações.*

O que aqui será contado diz de uma memória de um povo, de um território. Essa memória agora também será minha. Passará pelo meu corpo, minhas percepções. Não gravei, escutei... Histórias de um povo, lembranças de uma época, agora contada pela Dona Soledade e por mim.



(Casa Bar – Soledade. 09/04/2016)

Então, Dona Soledade, gostaria de conversar um pouquinho comigo?

Estou na verdade cansada. Chegaram aqui pesquisadores da UFMG e da UNIMONTES, fizeram oficinas, conversamos muito, achamos que alguma coisa ia mudar, não mudou foi nada. Eu acho que por não termos estudo, os pesquisadores escoram nas nossas costas. Nos usam para ganhar dinheiro com pesquisa, para virarem doutores, mas onde fica nossa história? Me chamaram para dar uma palestra na UFMG, fui. O professor disse que ia me pagar, não vi a cor desse dinheiro. Até hoje estou aqui, às vezes não tenho um dinheirinho que só. Mas me lembro que tem gente falando da Serra do Cipó, se vangloriando de pesquisar esse lugar. Se eu te contar que até pra Terra de Minas da Tevê Globo eu falei. Já dei entrevista para o Globo Repórter, Record. Mas estou achando mesmo é que minha voz não serve para nada, me fazem lembrar, mas de nada adianta. Por que seria diferente conversar com você? Não tenho mais voz.

(Eu nada falava, só escutava, sem nenhuma intervenção).

A verdade, minha filha, é que o povo da Serra do Cipó sofria lá dentro e sofre aqui fora. Lá dentro era bom, mas era muito sofrido. A gente usava roupa de saco, as meninas usavam mais curto, o meu vestido era comprido, batia na canela da minha perna. Lembro que os meninos falavam que eu ia envelhecer logo, onde já se viu usar vestido comprido quando nova? Mas hoje, se olhar pra todo mundo, sou a que menos aparenta idade, e minha memória é a melhor de todas.

Não fui um dia sequer na escola, nunca frequentei. A escola funcionava aqui embaixo, quem morava em cima da Serra era muito trabalhoso descer e subir todo dia para estudar, a cavalo. Então eu não estudava, trabalhava em casa. Eu matava porco, galinha, ajudava na roça, mas o que eu mais gostava era de “apanhar Sempre-viva” as mais velhas que iam, eu ia atrás. Elas contavam causo sobre tudo enquanto apanhava a flor, eu só escutava. Sei de todos os causos e de todas as famílias daqui. Escutei muita história. As mulheres panhavam flor e botavam o papo em dia, sabe como é né?!”¹⁵

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque **jamais estamos sós**. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p.30)

A gente sofre demais, mas o que me dói mais ainda é que nós aqui somos os mais humildes de todos. Tem hotel de luxo, restaurante caro... Grandes empresários que vieram de fora. Não tem uma pessoa que seja da Serra que tem um negócio próprio. Nós trabalhamos para os grandes. Não usufruímos daquilo que eles oferecem. Nunca fui a um hotel chic, nunca andei de quadriciclo. Eles montam isso para gente de fora vir.

¹⁵ Relatos da Dona Soledade, Ex-moradora da Serra do Cipó



É muita tristeza, me obrigaram a descer da Serra, saindo do meu lugar. Estou cá aqui, na parte debaixo, lutando para sobreviver e pagar as contas. Agora resolveram fazer uma obra por aqui, para facilitar a chegada dos turistas e saída da cidade. Os engenheiros da obra vieram nas casas mais simples, queria avaliar as condições das casas, se sofreriam algum impacto com a obra. Minha casa, minha filha, está caindo. Agora eu te pergunto: Você acha que eles vieram ver as casas após a construção da obra?

Minha casa é especial, já que tive que sair da Serra, reproduzi a casa igualzinha aqui embaixo, peguei tronco das árvores próximas e fiz de tijolo, eu mesma, construí com minhas próprias mãos, tem coisa aí que possui mais de 300 anos, isso aqui é um patrimônio da

cidade. Turista não vem ver coisas do povo não, quer cachoeira, lugar tranquilo. Quero que vejam minhas rachaduras nas paredes e me falem se é mesmo tão tranquilo esse lugar.



(A dona Soledade não pode mais dormir em sua casa na cidade, abre apenas para o bar e dorme na casa da filha)



(Lembrança dos seus avós, moradores da Serra do Cipó - moedor de café).



(A minha casa especial, ela possui tronco da Serra nas paredes).

O tronco fica na parede, assim como o sentido de pertencimento à Serra fica em seu corpo e ações. Os objetos servem para memorar um lugar, um gatilho de lembranças permeadas de afetos. Mas os objetos também dizem um pouco mais... *“Já que eu não posso*

ficar na Serra, a Serra vai ficar comigo¹⁶”. A Dona Soledade, constrói com cuidado e carinho cada canto da sua casa. Permeada de flores Sempre-Vivas, palhas e troncos, acredita que ao zelar pelos objetos antigos dos seus avós, a família continua viva, a tradição segue. Ela foi expropriada da Serra, mas levou a Serra consigo.

Não quero lutar contra o Parque, mas a favor dos direitos da minha família; quero pegar de volta o que me pertence.

Bené, o pescador.

Encontrei-me com Bené no bar da Dona Soledade. Ao perceber que falávamos sobre a implementação do Parque Nacional da Serra do Cipó e, por conseguinte as expropriações, Bené disse que também gostaria relatar algumas coisas:

- Sabe o que acontece, minha filha, eu nunca morei dentro, lá dentro da Serra! Eu morava do lado de cá do rio. O rio era a divisa: de um lado o Parque, do outro as roças do povo. Mas antes, quando não existia o Parque, eu atravessava e nadava com Dona Soledade e com todos os outros que moravam lá. Eu comecei a namorar nas beiras desse rio Cipó. O que acontece é que quando o Parque chegou e o povo foi embora, isso aqui tudo ficou infestado de capivara.

Eu não entendia o tamanho desprezo pelas capivaras, deixei escapar um sorriso.

Não ria, isso é coisa muito séria! As capivaras atravessaram o rio e foram parar nas nossas roças do lado de cá. Comeram toda a plantação, destruíram tudo. O Parque trouxe muita capivara.

- Mas qual a relação do Parque com as capivaras?

Você não entende mesmo, né?!

Quando tinha gente morando lá dentro, eles não deixavam infestar essa praga. Cachorro e homem matavam. Ai a gente não tinha como morar também. Não fui expulso não, porque não morava em cima da Serra, mas as condições que o Parque causou me tiraram de lá.

¹⁶ Fala da Soledade

Fui embora, eu e minha senhora, que desde menina era minha vizinha. Moro na cidade, mas minha casa mesmo é o rio. Os Caboclos e Mães d'água estão favoráveis. Vamos pescar amanhã?

Ao ser implementado, o Parque Nacional da Serra do Cipó transformou aquele espaço que, por mais de três gerações, possuía uma dinâmica de uso e ocupação peculiar. As capivaras chegaram, assim como o mato e capim se multiplicaram. O homem, por conhecer a sua terra, compreende os manejos e práticas com o território. Enceravam o capim, e ele não pegava fogo. Faziam queimadas controladas, e novas espécies nasciam. Matavam animais que acabavam com plantações e os faziam de comida. As relações das Comunidades Tradicionais com o território não eram harmônicas, livre de interferências e românticas. Eram relações de sobrevivência e pertencimento.

Terra para o pés, firmeza

Terra para o pés firmeza, para as mãos carícias... Qual terra? Qual lugar? De quais pés estamos falando?

A semente mergulha na terra, a terra a faz brotar, produz comida. Dá sustento para os pés, firmeza. Pés que caminham, que percorrem todo um território, pés que trabalham, enlameados, rachados, resistentes. Na terra se firmam, fazem um lar.

Terra. Território. De acordo com Gallois (2004) a noção de “Terra” diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de “Território” remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial.

Podemos ainda dizer que terra é aquilo que é indispensável, pois sem ela não há território, conceito mais amplo, que é local onde se planta cria animais, constrói casas. Território é o lugar onde se pode ser o que se é: “lugar onde podemos ser quem somos”¹⁷

As sociedades existem dotando o espaço com uma lógica territorial. Haesbaert (2007) postula que são as relações de poder, por meio de diferentes atores, que se apropriando do espaço vão formar os territórios, imprimindo nestes, suas características relacionais de acordo

¹⁷Discussão sobre Terra e Território marca segundo dia do III Encontro Continental do Povo Guarani, disponível em < <http://racismoambiental.net.br/2010/11/discussao-sobre-terra-e-territorio-marca-segundo-dia-do-iiiencontro-continental-do-povo-guarani/>>

com seus objetivos, que podem ter influências de ordem econômica, política, cultural e até mesmo do meio natural. As relações de poder que irão territorializar os espaços

Convido o leitor a pisar nesse chão que é múltiplo, processual e mutável.

É importante preconizar que o território é dinâmico e processual. A princípio pode parecer paradoxal, entretanto quando se compreende que território se trata de relação de forças e poder, a sua dinâmica se torna possível. Rogério Haesbaert (2007) postula que

Território e as dinâmicas de des-territorialização devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem o poder, que de fato controlam esse(s) espaço(s) e, conseqüentemente, os processos sociais que o (s) compõem

Nesse sentido, o território de um grupo social determinado, incluindo os modos territoriais que o sustentam, pode mudar ao longo do tempo dependendo das forças que exercem pressão sobre ele. A territorialização se faz então, no e pelo movimento, pelas relações de força e poder.

Deleuze (1988, p. 37) em diálogo com os estudos de Foucault, elucida que o poder não tem essência, ele é operatório. “Não é atribuído, mas relação: a relação de poder é o conjugado de relações de forças que passa tanto pelas forças dominadas quanto pelas dominantes, ambas constituindo singularidades”. Estamos falando, então, de multiplicidade de poderes, através de múltiplos sujeitos envolvidos no conflito.

No que diz respeito à Serra do Cipó, podemos perceber a existência de diversos grupos sociais, sejam eles: Povos e Comunidades Tradicionais com suas práticas e manejos distintos; ICMBio na presença dos agentes e instituição carregando consigo a ideologia preservacionista, deixando o local da “maneira mais natural e intocada possível”; O turismo com o aumento da especulação imobiliária, pousadas com *ecopensamentos*, *ecopasseios*, *ecolhares seletivos*. Esses diversos atores sociais carregam consigo lógicas e interesses distintos sobre o mesmo recorte territorial. Nesse sentido, nos deparamos com um embate: como habitar um mesmo território diferentes grupos? É possível?

Andrea Zhouri (2010) nos responde essa questão ao postular a existência do conflito ambiental territorial que emerge das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço. Partindo desse pressuposto, Acselrad (2004) atenta que quando há disputa entre sentidos atribuídos à natureza por determinados grupos com posições sociais desiguais, os impactos indesejáveis que comprometem a coexistência entre distintas práticas socioespaciais estimulam a organização de membros de grupos sociais atingidos contra a atividade que os gera. Em suma,

o conflito diz respeito a situações onde existe a sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, que carregam consigo lógicas diferenciadas sobre o mesmo recorte espacial. “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares” (SANTOS, 1978 p. 122)

A visão dicotômica da vertente preservacionista, hegemônica no campo ambiental, ao implementar unidades de conservação integral sobrepostas aos territórios tradicionais, orientou ações de criminalização das práticas tradicionais, promoveu rupturas na organização social, econômica e cultural destes grupos, e violaram direitos humanos e territoriais contemplados na constituição, em leis estaduais e decretos federais.

Quando virou parque, não mandaram as pessoas embora, mas proibiram de roçar, plantar, cortar pau. Ai a gente não podia sobreviver. Mediram as terras e avisaram que só pagariam quem tivesse documento. Como muitos não tinham registro da terra, ficaram sem receber o que era devido. Todos que receberam dizem que a indenização não compensou, seria melhor se trocasse de terreno. O povo entristeceu, porque a vida deles era a 'serra', ficaram com medo do policiamento e se mudaram. Toda uma vida construída dentro do Parque foi perdida: casas, lavouras, etc.”

Quando falamos de lógicas diferenciadas sobre o mesmo recorte espacial, estamos nos referindo ao modo de estar e habitar um território e seu manejo com a terra, isso chamarei de Territorialidade. Rogério Haesbaert(2007) aclara que:

a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e dão significado ao lugar. (HAESBAERT, 2007, p. 22).

Little(2004) acrescenta que o fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos.

O território, então, não existe a priori. Ele é construído. Ele é a soma de processos sociais, históricos e subjetivos de um lugar e de um povo. O povo constitui o seu território, através da *territorialidade*. O território também constitui um povo, através do seu pertencimento e identificação.

O território carrega consigo duas dimensões, a funcional e a simbólica. O que é possível perceber na Serra do Cipó são diferentes tipos de uso e apropriação desse espaço. O território nesse contexto pode ser percebido imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004 p. 95-96).

Não podemos afirmar que exista um território apenas simbólico, por mais que seus antigos habitantes tenham mantido uma relação “sagrada” e abstrata com o espaço, por menor que pareça, existe também uma relação concreta de funcionalidade e materialidade com o espaço habitado.

Na Serra do Cipó, os grupos sociais que habitaram e constituíram o território, estabeleciam uma relação cultural/simbólica com o lugar. Os moradores da Serra conheciam a sua região e remarcavam os territórios de seus domínios, como por exemplo: Retiro, Bandeirinhas, Andorinhas, Retiro/Trombador, Capão das Gamelas, Vargem do Veado, Currais, Capão do Doutor, Capão do Palmito e Serra dos Alves, territórios que se espalhavam por toda a região do atual Parque.

*“Soltava o gado em determinada época do ano lá em cima... Depois voltava. Os campeiros de lá éramos todos nós(...) **Em que lugar que era?** Aquele lugar que o gado pastava lá, chamam até hoje Capão do Doutor, Bandeirinha, Vargem do Veado. Tinham muitos outros lugares... Capão de água fria, Montera, e os currais*

(...) Se for fazer as conta, as plantaço que a gente tinha lá valia mais que o terreno. E tinha uma mata muito bonita lá. Uma mata que a gente preservava. Nunca queimou. Depois que passou pra mão deles quase todo ano (...) E eles perguntavam porque que a mata quando a gente morava lá não queimava. Eu falei: Uai, não queimava porque nós cuidava. Nós encerava a mata toda hora que pegava fogo, porque o capim, queima um, sai outro rapidim, agora a mata se queimar aí acabou, não sai mais

*“**Criação?** Criação de gado eles tinham. **E na lembrança do senhor de criança, como que era o seu dia-a-dia?** Era boa, tinha muita fartura, tinha muito serviço. Agora que não tem porque ninguém planta nada aqui. **E o que vocês plantavam?** Arroz, feijão, milho, era essas coisas, mandioca. Cana-de-açúcar*

Nos relatos acima, podemos perceber uma relação simbólica com o território, permeada de conhecimentos e vínculos afetivos. Também podemos intuir uma relação funcional, material e concreta, no uso de terreno para soltas de gado, para plantação e extração.

De acordo com os entrevistados, tudo que se plantava e colhia era utilizado tanto para consumo quanto para geração de renda através da comercialização em localidades vizinhas. O trabalho e o cultivo de toda a produção eram realizados de maneira “simples” e caseira, e o conhecimento adquirido era repassado de geração em geração através da cotidianidade do trabalho e do manejo com a terra. Dessa forma aprenderam a utilizá-la preservando, sem usufruir a mais do que o necessário.

No que diz respeito ao uso do território pelo ICMBio, podemos constatar a existência dessas duas dimensões – Funcional e Simbólica. A funcional se manifesta quando é preciso a criação de um parque para conservar espécies endêmicas, para estudos das áreas, para o turismo; e a simbólica quando uma ideologia preservacionista de manutenção das áreas da maneira mais intocada possível, implementa um parque no intuito de se fazer valer a sua crença e discurso. Lutam para sua constituição, ambientalistas os preservam, criam leis e normas, regras de funcionamento, para que tudo de fato “corra bem”.

A territorialidade, de acordo com o Haesbaert (2004), carrega consigo a concepção mais ampla que a de território, “todo território corresponderia a uma territorialidade, mas nem toda territorialidade corresponderia a um território” (como por exemplo, a terra prometida aos Judeus. Possuem uma territorialidade, sem território). Little (1994) corrobora com o autor, ao elucidar que essa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território.

“Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou homeland” (LITTLE, 1994 p. 03)

Como então funciona o processo e a dinâmica territorial?

Primeiramente, faz-se necessário compreender que a desterritorialização por si mesma não existe isolada. Porque quando se dá, já foi reterritorializada. Vivemos em um mosaico territorial, que é dinâmico e fluido. Rogério Haesbaert (2004) postula que:

A multiterritorialidade, como já enfatizamos anteriormente (Haesbaert, 2004a), aparece como uma alternativa conceitual dentro de um processo denominado por muitos como desterritorialização. Muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, ou melhor, nossos processos de territorialização (para enfatizar a ação, a dinâmica), estamos na maior parte das vezes vivenciando a intensificação e

complexificação de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo, multiterritorial. (Haesbaert, 2004, p 19)

A multiterritorialidade surge como alternativa a esse processo de desterritorialização, tido como “mito” pelo autor citado. Entendemos, assim, que não existe uma desterritorialização isolada, mas trata-se de um processo indissociavelmente ligado à sua contraface, os movimentos de reterritorialização.

Jamais nos desterritorializamos sozinhos, mas no mínimo com dois termos(...). E cada um dos dois termos se reterritorializa sobre o outro. De forma que não se deve confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga: ela implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua. (DELEUZE E GUATTARI, 1996 p. 40,41)

Podemos compreender, portanto, que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona (nem sempre com mobilidade espacial) o território, e a reterritorialização é o movimento de construção de território (MENDONÇA, 2010). No que diz respeito à Serra do Cipó, podemos perceber um processo de desterritorialização que não foi de um “abandono” ao território, mas uma retirada compulsória, que chamo de *expropriação*. É uma reterritorialização no entorno do parque, (na parte de baixo da serra) na cidade: Cardeal Mota (Serra do Cipó) e Santana do Riacho.

“Como que vocês ficaram sabendo que ia transformar em parque?..Ficamos sabendo porque teve um moço que mediram tudo lá (...) o parque todinho. Ele acompanhou a medição toda. E eles chegaram falando porque que estavam medindo? É disse que precisava, por causa do parque, pra preservar a natureza, as cabeceira d’agua, tudo. É só que não aconteceu como que eles falou, porque os dono que morava lá preservava muito mais do que ta acontecendo. Quando eles falaram que ia transformar em parque o que o senhor sentiu, o que o senhor pensou? Uai eu falei, a gente sentiu na época, a gente não achou bom não né, porque já tava acostumado lá, tudo(...)E tinha muitas pessoas lá? Tinha, se contar tudo, era meu tio, ah lá tinha umas 8 familias. E todos desceram, ou alguém ficou? Todos, ficou não. Acabou todo mundo saindo. E foram pra onde, todo mundo? Veio aqui pra baixo. Todos aqui pra Serra? É, pra Serra. Porque acabou saindo por causa disso. Não podia fazer nada, não podia plantar pra sobreviver, não podia mexer com nada, então acabou saindo. O fiscal ia lá, multava o povo? Ah se tivesse mexendo com qualquer coisa a multa era certa”.

“No dia que anunciaram que teríamos que sair da Serra, minha mãe desmaiou, caiu em cima do fogão de lenha, queimou o braço todo. Viveu de depressão desde então, que Deus a tenha em um bom lugar.

O que podemos perceber no movimento territorial da Serra do Cipó, são processos concomitantes de desterritorialização e reterritorialização realizada por dois grupos distintos, com relações de força e poder. Povos e Comunidades Tradicionais saem do seu terreno e criam, de maneira paulatina, um novo território fora do Parque. No mesmo momento o ICMBio (na época IBAMA e IBDF) se apropriam de um território, fixam uma instituição e portarias, criam normas e regras, se ancorando no preservacionismo enquanto corrente de pensamento.

Rogério Haesbaert (2007) postula que processos de multiterritorialização precisam ser melhor compreendidos, especialmente pelo potencial de perspectivas políticas inovadoras que eles exigem ou implicam e aponta que devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. O território da Serra do Cipó é ressignificado, onde outrora se faziam presentes grupos sociais com práticas e manejos específicos com a terra, agora se faz presente um Parque, com lógicas de apropriação diferenciadas.

Deixemos com estes sujeitos, interlocutores desta pesquisa, o trabalho de juntos traduzir/construir aquilo que acreditam ser o lugar onde vivem, o território que habitam e habitaram, o modo de vida que constituem, a experiência que vivenciam e em que se enredam.

Se me soltarem de olho fechado, dentro da Serra do Cipó, pode ser de dia ou de noite, eu ando por aquilo tudo, conheço tudo, cada canto, cada árvore. É uma paixão. Sabia que eu conheço todas as cachoeiras? Sei de cada pedra, onde dá pra pular e onde não dá. Sei qual cachoeira trará mais defunto, as perigosas. É certo, todo ano morre alguém. As pessoas não conhecem o lugar e ainda misturam com álcool, podia ser diferente?

Vocês moravam na casa próxima dos outros? É a casa mesmo era perto. Era tudo perto. Então lá nós plantava e vivia disso. Então descia aqui embaixo pra comprar alguma coisa que não colhia lá, que nós plantava. Aí vinha aqui embaixo buscar. Mas era muito sofrido, que não tinha estrada de carro, só de animal, então a pé. E pra andar a pé de lá, cinco hora de lá até aqui, né minha filha. Vinha, fazia compra, voltava. E aí trazia animal pra levar as coisa no cavalo né, no animal. Mas lá é muito bão. Lá o terreno é muito bão. A gente colhia

tudo, mandiocal, canavial, arrozal, amendoim, tudo a gente colhia lá né. (...) Tinha criação de gado. Então descia mesmo pra buscar alguma coisa que faltava né. Colhia café. Era muito café, assim era muito grande. Tudo a gente colhia...

*Nem venda não tinha, pra comprar as coisas. Tinha só a do Zé da Nogueira(...). Além das criações das roças que plantavam, vocês também faziam roupa, tinha isso? Ou tinha que comprar? Comprava e faziam também(...) hoje graças a Deus ta tudo pronto.(...) **Tinha festa lá, Dona Ninha? Final de semana? Tinha.**(...) A gente fazia as festas quando as crianças fazia aniversário né. Agora lá acabou tudo, até as casas acabou tudo(...) **As festas que tinham, tinha festa de Santo? Tinha. Acabou tudo. Que festas que tinham. A senhora lembra? São Sebastião né. O dia mesmo eu não lembro. É porque minha vó que falava né, fazia a reza e falava que era dia de São Sebastião.***

Como se pode observar nos relatos acima, a vida na Serra do Cipó não era sempre fácil, bela e bucólica. Corremos o risco de romantizarmos um território lamurioso e nostálgico. É preciso compreender que o território da Serra do Cipó, constituído pelos seus moradores, não era um lugar perfeito, tinha suas mazelas, dores e sacrifícios. Mas é importante preconizar, que essas mazelas também constituem um território e um sujeito. Ainda é um território, imperfeito, difícil, que possui territorialidades e modos de vida.

E na lembrança do senhor de criança, como que era o seu dia-a-dia? Era boa, tinha muita fartura, tinha muito serviço. Agora que não tem porque ninguém planta nada aqui. E o que vocês plantavam? Arroz, feijão, milho, era essas coisas, mandioca. Cana-de-açúcar. E tinha lugar específico? Tinha. Arroz a gente plantava em tudo, agora mandioca era para lá. Terreno mais alto. Aqui tem o Rio Cipó? É. Ai vocês plantavam aqui. Isso. Exatamente. E só plantava aqui embaixo o ano inteiro ou variava. Plantava essas coisas aqui e plantava lá também.. Lá perto da Caetano, no Buraco. Lá é um terreno mais alto e lá plantava milho e feijão(...) e aqui plantava o arroz e feijão de sempre que é o terreno mais úmido e mais baixo. Aqui plantava muito arroz. (...) Aqui nascia água o tempo todo, porque é terra de brejo

O homem conhece suas terras e suas especificidades, onde se pode e não se pode plantar. Quando plantar e qual melhor época para se colher. Com a implementação do Parque, as suas práticas territoriais de manejo com o lugar, foram cerceadas. Conforme já explicitado em relatos anteriores, houveram duas formas de saída do território. A primeira: Após a constituição do Parque **Estadual**, chegaram agentes do IBAMA e IBDF, e preconizaram

normas e leis presentes em uma Unidade de Conservação. Elucidaram aos moradores que a partir da presente data (14 de julho de 1975) fica terminantemente proibida a pesca, a extração de flores, frutos e sementes, e a criação de animais de médio e grande porte. Com as regras impostas, os moradores tiveram suas práticas tradicionais criminalizadas e limitadas. Como viver e como se alimentar? Muitos não suportaram as novas exigências e saíram do território, outros permaneceram. A segunda forma de saída do território se realizou após a implementação do Parque **Nacional** em 25 de setembro de 1984, o parque foi criado em 1984, mas as terras por ele delimitadas só foram desapropriadas em 1987 (BRASIL, 1987). Mudando-se de instâncias, passando de Estadual para Federal, o Parque agora possui regras mais firmes, fortes e com pouca abertura às diferenças, a não ser as presentes no plano de manejo, como as Zonas de Ocupação Temporárias. Nesse segundo momento, o que preconiza no Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC (2000), a respeito de uma Unidade de Conservação de cunho integral se faz vigorar intensamente. Como por exemplo: Não é permitido moradores (mesmo respeitando as normas impostas na primeira ocasião), nesse momento, os agentes na companhia da polícia federal, expulsam os habitantes do local.

Primeiro Momento:

Como é que foi esse processo de negociação com o Parque? Vocês desceram antes de receber alguma indenização, ou até hoje não receberam? Até hoje não. Chegou algum fiscal, falando que tinha que sair, como que foi esse processo? Assim, lá não foi fiscal, só que nós saímos por causa do que eu falei, depois que eles mediram lá, como a gente não podia mexer com nada, não podia fazer as coisa que a gente gostava, nem plantar nada, então a gente imaginou: que que a gente vai ficar fazendo aqui, sendo que a gente não tem acesso do terreno, não pode fazer nada. Então a gente pegou e saiu.

Segundo Momento:

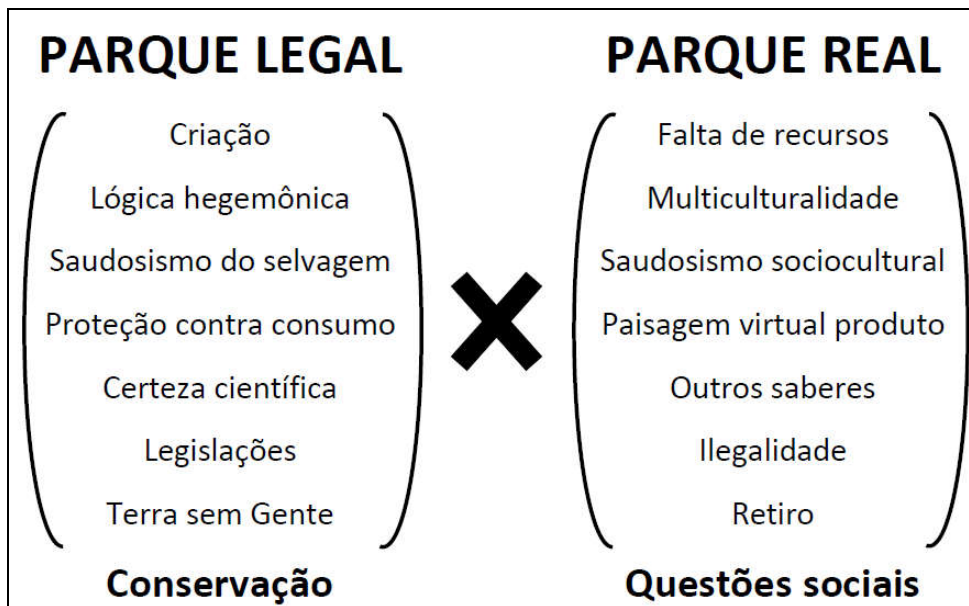
*Como que foi a retirada do pessoal? Foi descendo porque eles mandaram? Teve força? Teve, teve uma família que eles fizeram um desperdício. (...) veio aí com os fiscais. Aí o povo ficou com dó, juntaram cesta básica, até que conseguiram um lote, aí juntou um pessoal e montou uma casa pra eles, onde eles moram hoje, eles ficaram quase um ano né. **Então o Ibama não os indenizou? Não***

De acordo com Souza (2014), os servidores lotados no PNSCi alegam não compreender a totalidade da situação fundiária da unidade, uma vez que muitos documentos sequer estão sob seu domínio, e um deles acredita que o melhor caminho para a resolução do problema seria a anulação do processo “para que então a gente tenha oportunidade de trazer essas famílias pra que sejam citadas da forma correta e para que recebam aquilo que tem direito” (Geraldo, servidor do PARNA Cipó. Depoimento colhido em 28/10/2014 por Leonardo V. Souza).

Sabe-se que existem mecanismos que podem assegurar uma melhor convivência dos moradores no Parque enquanto suas indenizações não são pagas, dando-lhes inclusive a garantia legal do direito de morar dentro do território parque. Um deles seria a adoção de um Termo de Compromisso (TC) entre o órgão ambiental e as famílias residentes. Esse TC constitui um instrumento de caráter transitório para a mediação de conflitos em UCs (ICMBio, 2012), que, segundo Ribeiro e Drumond (2013), também consiste em um mecanismo legal de promoção do diálogo entre população e Estado. As autoras também ressaltam o potencial desses Termos para diminuir restrições da população local e melhor garantir a consolidação dos objetivos de conservação previstos para a UC, sendo, portanto, um mecanismo de implicações positivas tanto para a conservação ambiental, quanto para a manutenção do patrimônio cultural representado por essas famílias e seus modos diferenciados de vida (SOUZA, 2014, p. 05). Neto (2002) ainda postula que em 2000, depois de oito anos de discussão, foi aprovada a lei, permitindo a permanência de populações tradicionais no interior das unidades apenas de forma temporária, até que o poder público possa reassentá-las em outro lugar. Essa permanência é regulada pelo TC estabelecido entre o órgão gestor da unidade e as Comunidades residentes. Inclusive, exige “normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade” de forma a não trazerem “prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações”

Um dos questionamentos que se faz ao modelo de proteção integral adotado no Brasil, seria o distanciamento dos agentes ambientais com relação às questões socioculturais, já que os órgãos ambientais parecem não incluir outras legislações que não aquelas atribuídas aos órgãos ambientais no processo de gestão do patrimônio ambiental. De acordo com Souza (2014), “percebe-se que esses servidores são direcionados a cumprir apenas certo contingente legal, não recebendo formação a respeito desse outro campo que envolve os aspectos culturais dos territórios”. O próprio ICMBio admite que os problemas de relacionamento existentes entre Parque e comunidade são devidos, entre tantos fatores, à falta de treinamento adequado

dos servidores (ICMBio, 2009d:2) “querem continuar fazendo o que faziam, inclusive em grande parte em nome da sua sobrevivência” (servidor do Parque. Depoimento colhido em 28/07/2014 por Leonardo V. Souza).



Esquematização das diferenças entre o modelo de parque brasileiro (Parque Legal) e sua aplicação (Parque Real). Leonardo V. Souza – 2014

As expropriações romperam a organização social dos grupos familiares tradicionais e os modos de vida com o lugar, através de um processo marcado pela violência material, física e simbólica. Como já foi dito anteriormente, a territorialização se faz, *no e pelo* movimento, pelas relações de força e poder. Precisamos falar um pouco mais sobre a relação de poder no âmbito Parque Nacional da Serra do Cipó, para melhor compreender o conflito ambiental presente nesse recorte espacial.

Ancorada no pensamento do Foucault(1984), acredito que

as relações de poder têm uma extensão consideravelmente grande nas relações humanas. Ora, isso não significa que o poder político esteja em toda parte, mas que, nas relações humanas, há todo um conjunto de relações de poder que podem ser exercidas entre indivíduos, no seio de uma família, em uma relação pedagógica, no corpo político. Essa análise das relações de poder constitui um campo extremamente complexo: ela às vezes encontra o que se pode chamar de fatos, ou estados de dominação, nos quais as relações de poder, em vez de serem móveis e permitirem aos diferentes parceiros uma estratégia que os modifique, se encontram bloqueadas e cristalizadas. Quando um indivíduo ou um grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade do movimento por instrumentos que tanto podem ser econômicos quanto políticos ou militares, estamos diante do que se pode chamar de um estado de dominação (FOUCAULT, 1984, p. 100)

Foucault (2004, p.175) aclara que “o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação; (...) o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força”. Podemos compreender, então, que o poder é relacional, ele não pertence a alguém, ninguém o possui ou detém, mas antes disso ele é exercido. Com o exercício do poder, podemos perceber uma relação de força, e essa relação muitas das vezes não é equânime, nesse sentido, a *dominação* aparece quando a relação se encontra bloqueada, paralisada, se caracteriza pela fixidez das relações de poder a tal ponto que a margem para a resistência e liberdade é demasiadamente limitada. “Em vez de serem móveis e permitirem aos diferentes parceiros uma estratégia que os modifique, se encontram bloqueadas e cristalizadas (...) podemos chamar de um estado de dominação” .

O que se pode perceber na Serra do Cipó, através dos agentes do ICMBio, se trata de uma expropriação de Comunidades Tradicionais, ancoradas em modos de vida peculiares com a terra, de extrema violência e sem espaço para um exercício de poder. Suas ações são limitadas, através de força física e violência estatal, na presença da polícia federal e fiscais do Parque. As relações não são equânimes, o discurso preservacionista impera, fazendo com que práticas sejam criminalizadas, vidas adoecidas, novos corpos se formam atravessados pela violência da dominação, que não possibilita um espaço de exercício de poder.

Em 2014, fui à Serra para realizar entrevistas durante uma semana. Nesta semana fiquei na pousada mais barata da redondeza e, mesmo assim, o público que lá freqüentava se considerava classe média, classe média alta. Durante a minha estadia, fiquei estudando na área comum, os hóspedes passavam por mim e reparavam todo o material. Um dia, fui à sauna e me encontrei com um casal de hóspedes que me questionaram: “O que você tanto estuda?” Aproveitei a abertura, e expliquei todo o conflito daquela região, o que era o Parque e as Comunidades Tradicionais do lugar. Após a minha fala, os hóspedes não falaram nada, sorriram e se retiraram da sauna¹⁸.

Não há espaço para conflito quando ele “atrapalha o lazer”.

O conflito presente na Serra do Cipó possui atravessamentos... Com a criação do Parque a especulação imobiliária emergiu, e com isso os empresários estimulavam o turismo do lugar e venda de casas de veraneio. Os donos das pousadas garantiam emprego às famílias expropriadas, alegando que eles estavam fazendo um bem ao cuidar daqueles que visitariam para recreação aquele lugar.

¹⁸ Trecho retirado de diário de campo

O turismo é bom, traz inovação e emprego aqui pra Serra. Mas eu ainda não entendo porque não posso morar lá e eles podem visitar do mesmo jeito.

4 Facetas do Ambientalismo

Falamos o tempo todo nesse trabalho sobre a questão ambiental e como os Povos estão imersos em diferentes discursos e como são colocados à margem. Vidas são expropriadas violentamente, existe um deslocamento compulsório do território e modos de vida são criminalizados. Em nome de quê?

Em nome da vida, emergiu a cerca

A Serra do Cipó e seus conflitos territoriais são apenas um exemplo da maneira como a política ambiental do Brasil opera, em nome da preservação das espécies, matam expropriam e silenciam vidas. Qual vida vale mais? Será que estamos falando apenas de fauna e flora?

Diante dos nossos questionamentos, as considerações sobre o biopoder, me ajudam a avançar no meu campo problemático. Nos escritos de Foucault (1988), encontro inicialmente o biopoder relacionado com as práticas disciplinares, que centravam no corpo como máquina, trabalhando em seu adestramento. É a gestão da vida como um todo, técnicas de poder sobre o biológico, que se torna ponto central na questão política. Modificá-lo, transformá-lo, aperfeiçoá-lo eram objetivos do biopoder, e produzir conhecimento, saber sobre ele para melhor manejá-lo. Assim como a disciplina foi necessária na domesticação do corpo produtivo fabril, o biopoder foi e é muito importante para o desenvolvimento do capitalismo, adequando e ligando as populações, de forma controlada, a seus aparelhos.

Mas o que o biopoder tem a ver com o conflito ambiental territorial presente na Serra do Cipó? Quais são os jogos de força que circulam por esse território?

Primeiramente, vale ressaltar que o capitalismo não opera com espaço às diferenças. Expropria, mata, silencia. Modos específicos com a terra e práticas tradicionais são deixados à margem em nome do desenvolvimento... Mas para quem serve esse “desenvolvimento”?

Falemos um pouco sobre a “*Compensação Ambiental*”

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2002), a Compensação Ambiental é “um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não reparáveis

ocorridos quando da implantação de empreendimentos, e identificados no processo de licenciamento ambiental”. Isso quer dizer que uma empresa seja de mineração ou barragens hidrelétricas, entre outras, que depredam o ambiente com impactos irreparáveis, ela está em dívida com a União. Mas como pagar a dívida de uma depredação ambiental? A alternativa possível apresentada foi inicialmente prevista em 1987 pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA 010/87 que postula que a compensação dessas perdas é a destinação de recurso para a manutenção de **Unidades de Conservação ou criação de novas Unidades**. Para Born e Talocchi (2002), as compensações ambientais são instrumentos econômicos de remuneração realizados devido à existência de efeitos danosos, como impactos negativos e não mitigáveis decorrentes das atividades diversas. Entretanto, as medidas compensatórias são utilizadas com frequência e de forma indiscriminada...

O artigo 36 da Lei 9.985 de 2000 preconiza que: nas Unidades de Conservação, existentes ou a serem criadas, devem obedecer à seguinte ordem de prioridade:

- I- Regularização fundiária e demarcação de terras
- II- Elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo
- III- Aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento
- IV- Desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova Unidade de Conservação
- V- Desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da Unidade de Conservação

Neste sentido, a adoção recorrente desse mecanismo é utilizado como instrumentos de “resolução” de conflitos na perspectiva hegemônica da modernização ecológica. No entanto, esses instrumentos revelam como mecanismos e estratégias de “ocultamento” dos conflitos ambientais (ZUCARELLI, 2006). Diante do elucidado, Zhouri (2008) preconiza que na perspectiva da modernização ecológica, predomina a idéia de uma conciliação entre os “interesses” econômicos, ecológicos e sociais através do discurso de “desenvolvimento sustentável”

Prevalece a crença de que os conflitos entre os diferentes segmentos da sociedade possam ser resolvidos através da “gestão” e diálogo entre os atores, com a finalidade de se alcançar um “consenso” (ZHOURI, 2008, p. 20).

Relações de poder não equânimes, na busca de um consenso... Em uma perspectiva gerencial, os “problemas ambientais e sociais” são entendidos como meras questões técnicas e administrativas, passíveis, portanto, de medidas compensatórias (ZHOURI, *et al* 2005).

As empresas, com o aval do Estado, depredam o meio ambiente, e são “perdoadas” na medida em que financiam novas Unidades de Conservação. Uma mineradora destrói aqui, amplia uma área verde acolá... Mas e as vidas que existem nessas terras que viraram UC’s? É permitido, em nome do capital, explorar, mas não se pode morar.

Povos e Comunidades Tradicionais são retirados de forma compulsória dos seus territórios. Sem escolha, sem possibilidade de permanência e com modos de vida criminalizados reterritorializam um novo espaço, e, com isso novos corpos são criados. Domesticados, transformados, modificados!

Mas a política ambiental brasileira não se limita às Unidades de Conservação. No dia 5 de novembro de 2015 a comunidade de Bento Rodrigues foi devastada, a barragem em Mariana/MG se rompeu. Muitas pessoas morreram, perderam seu território e tiveram histórias dizimadas. O crime ambiental foi cometido em conjunto pela Vale e pela australiana BHP - acionistas da empresa de mineração Samarco. Esperava-se uma rápida ação do Estado (em todas as suas esferas de governo), entretanto, a presidenta Dilma Rousseff decretou que o rompimento de barragens seria tratado como desastre natural e, com essa manobra, inocentaria a mineradora Samarco e Vale. Os sobreviventes do crime ambiental foram realocados para uma nova cidade, construída com esse intuito. E os seus vizinhos? Seus passeios, casas, modos de viver naquela cidade? É facilmente substituído? Além disso, o Rio Doce carrega toxinas, água imprópria para banho, consumo, lazer.

Ao falar sobre a política ambiental brasileira, faz-se de extrema importância também discorrer sobre a bancada ruralista em nosso país. Deputados estaduais e federais que compõe a bancada ruralista do Brasil, trazem projetos como o fim das demarcações de terras indígenas e da Fundação Nacional do Índio (Funai), redução das florestas protegidas, flexibilização do licenciamento ambiental – que favorecerá empreendedores rurais do agronegócio e mineração, além de venda de terras para estrangeiros. O último projeto apresentado que causou alvoroço na população foi a remuneração de trabalhadores rurais com moradia e alimentação.

Índios e quilombolas morrem diariamente na luta pela demarcação territorial. Lutam contra o coronelismo ainda presente em todo o Brasil...

Mas a vida sempre escapa.

Povos e Comunidades Tradicionais do norte de Minas Gerais e Alto Jequitinhonha, se unem e criam a *Articulação Rosalino*, um grupo de Quilombolas, Vazanteiros, Geraizeiros, Apanhadores de Flores Sempre Viva, indígenas Xacriabá e Tuxá, que lutam juntos pela demarcação territorial de cada comunidade.

Os Vazanteiros também criam uma articulação *Vazanteiros em Movimento*, lutando contra o encurralamento do Parque Estadual Verde Grande. Bem como os Povos e Comunidades Tradicionais da Serra do Cipó que criaram a *Comissão dos Povos e Comunidades Tradicionais Atingidos pelo Parque Nacional da Serra do Cipó- MG*. Com a rede estabelecida, cria-se força para a luta.



Diante do que foi elucidado, convido o leitor à construção conjunta de um pensamento, entender como funciona os ambientalismo presentes no Brasil. Essa aproximação oferece elementos para pensar processos de produção de uma economia política e subjetiva.

De acordo com Alier (2007), o ecologismo ou ambientalismo se expandiu como uma reação ao crescimento econômico, embora nem todos os seguidores do movimento se oponham ao avanço do Capitalismo, posto que estão presentes correntes que não pensam ou atuam de modo semelhante. Faz-se necessário, portanto, explanar sobre tais correntes, a fim de saber em qual lugar o presente trabalho se situa.

O *Evangelho da Ecoeficiência* é uma corrente que se preocupa com os efeitos do crescimento econômico, não só nas áreas de natureza original como também na economia industrial, agrícola e urbana. Segundo Alier (2007), essa corrente do movimento ambientalista

se além à economia em sua totalidade. Ela defende o crescimento econômico, mas não a qualquer custo, misturando tal crescimento com preservação ambiental. Além disso, postula que a saída frente aos impactos advindos da produção capitalista se encontra no desenvolvimento sustentável; na modernização ecológica e na boa utilização dos recursos.

Os representantes dessa corrente empregam a palavra “Natureza”, embora, mais objetivamente, utilizem o termo “Recursos Naturais” ou até mesmo “Capital Natural” e “Serviços Ambientais” (ALIER, 2007, p. 27), sendo conhecidos, portanto, de Economia/Capitalismo Verde.

Porto e Shutz (2012) corroboram o pensamento de Alier (2007), ao aclarar que a Ecoeficiência é entendida como visão de cunho gerencial e econômico que orienta de forma hegemônica o conceito de gestão ambiental e pode ser percebida como a principal resposta de setores empresariais e organismos internacionais à crise ambiental discutida pela Organização das Nações Unidas – ONU nas últimas décadas.

Partindo desse pressuposto, a Ecoeficiência é uma política estratégica que incorpora a responsabilidade corporativa; encoraja as empresas a se tornarem mais inovadoras e competitivas; propaga a ideia de autorregulação – em contraposição à ação regulatória e fiscalizadora do Estado – e amplia a adesão voluntária. (PORTO e SHUTZ, 2012, p. 04).

A partir desses conceitos, identifica-se que a modernização ecológica se ancora sobre dois pilares: Econômico, com ecoimpostos e mercados de licenças de emissões; e Tecnológico, apoiando medidas voltadas para economia de energia e de matérias primas (ALIER, 2007, p. 28).

A segunda corrente é denominada como *Ecologismo dos Pobres, Ecologismo Popular* ou *Movimento de Justiça Ambiental*. Faz-se necessário preconizar que essa corrente recebe apoio da Agroecologia, da Etnoecologia, da Ecologia Política e de outros campos do conhecimento que consideram a relação homem e natureza. O Ecologismo dos pobres surgiu frente aos impactos não solucionados pelas políticas econômicas ou por inovações tecnológicas e, portanto, atingem desproporcionalmente alguns grupos sociais, que muitas vezes protestam e resistem. Alier (2007) alude que o eixo principal dessa corrente não diz apenas de uma reverência sagrada à natureza, mas, antes, de um interesse **material** pelo meio ambiente como fonte de condição para a existência, não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações, mas sim, pelos grupos sociais do hoje.

O Ecologismo dos pobres almeja justiça social, reconhecendo o sujeito como sociohistórico, cultural e ativo, mudando o seu território e sendo modificado por ele. Ascerald (2009) atenta que

A noção de “justiça ambiental” exprime um movimento de resignificação da questão ambiental. Ela resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social. Esse processo de resignificação está associado a uma reconstituição das arenas onde se dão os embates sociais pela construção dos futuros possíveis. E nessas arenas, a questão ambiental se mostra cada vez mais central e vista crescentemente como entrelaçada às tradicionais questões sociais do emprego e da renda. (ASCEREALD, 2009, p. 108)

Estão presentes, nessa corrente, movimentos de base camponesa cujos campos ou terras voltadas para pastos têm sido destruídos pela mineração ou por pedreiras; movimentos de pescadores artesanais contra barcos e alta tecnologia ou formas de pesca industrial, esgotando bancos pesqueiros, e por movimentos contrários às minas e fábricas por parte das comunidades afetadas pela contaminação do ar ou que vivem rio abaixo dessas instalações (ALIER, 2007, p. 35), como também Povos e Comunidades Tradicionais que lutam pela demarcação territorial e que vivem em conflito com órgãos gestores, sendo o Instituto Estadual de Florestas – IEF, na esfera estadual; e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, em esfera nacional.

Alier (2007) atenta que o Movimento pela Justiça Ambiental, o Ecologismo Popular e o Ecologismo dos Pobres nascem de conflitos ambientais em nível local, regional, nacional e global, causados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social. Em muitos contextos, os atores de tais conflitos não utilizam um discurso ambientalista, o que possibilita a compreensão de que essa corrente do ambientalismo até a década de 80 não fora plenamente identificada.

Ascereald(2010) preconiza que:

No campo do ecologismo dos pobres, inserem-se progressivamente movimentos sociais já bem constituídos, que ambientalizam as pautas dos grupos subalternos que pretendem representar, analogamente ao que acontecera já nos anos 1980 com os seringueiros do Acre. Esse é o caso do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) que acusa a economia do setor elétrico de rentabilizar seus investimentos pela expropriação do ambiente dos atingidos e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que questiona a noção corrente de produtividade, sustentando que não é “produtiva” a terra que produz qualquer coisa a qualquer custo, acusando a grande agricultura químico-mecanizada de destruir recursos em fertilidade e biodiversidade, e, assim, descumprir a função social da propriedade.(ASCEREALD, p.106, 2010)

O *Culto à Vida Silvestre* ou *Preservacionismo* é a terceira corrente do ambientalismo. A sua principal premissa se ancora na defesa da natureza intocada. Ela surge do amor às belas paisagens e de valores profundos, jamais para os interesses materiais (ALIER, 2007, p. 22). A principal proposta política dessa corrente consiste em manter reservas naturais, denominadas parques nacionais ou naturais, ou algo semelhante, livres da interferência humana. Sendo assim, uma reserva natural poderia admitir visitantes, mas não habitantes humanos.

Passei cerca de cinco anos da minha vida estudando essa corrente. *Preservacionismo*. O próprio nome já elucida: preservar. Conservar uma mata, um rio, uma fauna e uma flora. Cuidar. Cuidar de animais que estão em extinção, cuidar de plantas que só existem naquele território. Preservar. **Não é permitido tocar! Não podem levar mudas de plantas, não podem alterar o ambiente, não podem acampar, não podem fazer fogueira, não podem...** Sempre vi e ainda vejo cartazes anunciando o que se pode e o que não se pode fazer em uma unidade de conservação. Ali é lugar para se preservar, e, para preservar não se pode tocar, não se pode retirar, não se pode habitar.

Isso sempre me deixou demasiadamente encucada. Sempre vi o meu avô na roça, e ele dizia que *preservava* aquele lugar. Ele preservava? Mas como assim? Mas pode tocar para preservar? Achei contraditória sua fala, achei tudo muito estranho... Para se preservar, o local deve se isolar do contato humano, deve-se manter sozinho, livres de interferências, assim, a natureza que é sábia, se renova, se transforma e se mantém. Mas e o meu avô? Ele fazia o quê?

Quando chegou à roça, conhecia cada pé-de-planta da região, sabia qual mês que deveria plantar. O que não nasce, o que se molha, quando a água vem, quando não vem. O meu avô cuida. O meu avô toca. A natureza se multiplica, o território se faz. Isso não é conservar, preservar? Para preservar precisa isolar? O homem não conhece sua terra? Sua planta e seu manejo? E a comunidade tradicional? Essas perguntas me rodeiam, me incomodam.

Os autores elucidam que a vertente “preservacionista” tem suas origens no século XIX, prevalece nos EUA e Grã-Bretanha e se baseia na noção de *wilderness* (natureza em seu estado selvagem). O primeiro parque nacional a ser criado possui origem norte americana: o Yellowstone (1872). Já no Brasil, essa ideia foi importada no início do século XX, com a implementação do Parque Nacional do Itatiaia, em 1937. Little (2002) aponta que apesar do movimento ambientalista moderno ter suas origens no séc XIX, talvez antes, somente chega a ter uma expressão verdadeiramente mundial em meados do século XX, quando experimenta um crescimento rápido em todos os continentes. Mas o movimento ambientalista é composto

por várias vertentes, cada uma com finalidades próprias e muitas vezes em contradição entre si (Pepper 1996). É nessa perspectiva que se insere o conceito de parque nacional como área natural selvagem, originário dos EUA. A noção de “wilderness” subjacente à criação dos parques, no final do século XIX, era de grandes áreas não habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste. Nesse período já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização era acelerada e se propunha reservarem-se grandes áreas naturais subtraindo-as à expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação (DIEGUES, 2001, p. 24).

(...) a idéia de criação do Parque Nacional de Yellowstone nada teve de altruísmo e estava ligada aos interesses comerciais das empresas ferroviárias. Desde o início do século XIX, os americanos tinham o hábito de realizar turismo em regiões selvagens e de grande beleza cênica. (...) A região de Yellowstone, com suas belezas naturais, apresentava grande potencial para o desenvolvimento do turismo. Após a guerra civil americana, a Companhia Ferroviária do Pacífico Norte planejava estender seus trilhos para o território do Estado de Montana. A partir daí, a chegada até a região de Yellowstone seria fácil, e a construção da via férrea não demandaria grandes investimentos. (SELLARS, apud Araújo, 2007, p. 31)

Little (2002) postula que no Brasil, dentro do processo de expansão da fronteira desenvolvimentista promovida pelos governos militares, a partir da década de 70 houve um crescimento extraordinário no estabelecimento de novas áreas protegidas, que produziu um grande impacto fundiário no país devido ao alto índice de sobreposição das novas áreas protegidas com os territórios sociais dos povos indígenas, dos quilombolas e das comunidades extrativistas

Nos quinze anos de 1975 a 1989, foram criados no Brasil 17 Parques Nacionais, 21 Estações Ecológicas e 22 Reservas Biológicas que produziu o quadruplicamento da área total de Unidades de Uso Indireto no país. Como as Unidades de Conservação de Uso Indireto não permitem a presença de populações humanas dentro de seus territórios sendo isto uma de suas regras cosmográficas mais firmes, a solução inicialmente proposta pelos preservacionistas foi a expulsão de seus habitantes de “seus” novos territórios, seja por indenização ou por reassentamento compulsório, tal como se fazia com as barragens e os outros grandes projetos de desenvolvimento (LITTLE, 2002 p. 16)

Diegues (2004) sugere que esse modo de preservação por meio de áreas naturais protegidas é inadequado e injustamente seletivo, pois privilegia áreas naturais que são apelativas do ponto de vista estético, grandes faunas e floras, em detrimento da preservação cultural e simbólica do lugar, além disso não valoriza nem leva em consideração a relação que os grupos sociais estabeleciam com o território, antes da implementação da área preservada.

Nesse ínterim, Little (1992) postula que as áreas protegidas representam uma vertente desenvolvimentista baseada nas questões de controle e planejamento.

Podemos compreender que o Preservacionismo é uma referência hegemônica que orienta as ações predominantes das instituições ambientais brasileiras, como as que são responsáveis pela criação e administração dos parques, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), e o Instituto Estadual de Florestas (IEF) de Minas Gerais, entre outros.

No Brasil as ideias do Preservacionismo foram operacionalizadas através do Sistema Nacional de Unidade de Conservação- SNUC, a partir da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. A criação do SNUC foi debatida no Congresso durante dez anos, servindo de palco para embates ideológicos distintos. Os debates mais ferrenhos em torno do projeto de lei foram travados entre as vertentes preservacionistas e socioambientalistas, sendo uma das cláusulas mais discutidas a definição da categoria *População Tradicional*. Mas, como não houve acordo entre as partes interessadas, a cláusula foi vetada no texto final da lei:

O vetado inciso XV do Artigo 2º do Capítulo I lia: “POPULAÇÃO TRADICIONAL: grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável” (LITTLE,p, 2002).

Diante do que foi elucidado, como pensar a Comunidade Tradicional com suas práticas e manejos distintos e a Unidade de Conservação de cunho integral, que carrega consigo lógica predominantemente preservacionista, desconsiderando a relação *sujeito x natureza*?

“Panhava flor lá na serra, porque naquela época não tinha IBAMA então a gente podia panhar né. Panhava aí a gente mandava pra Congonha do Norte, Diamantina. Que tipo de flor que era? (...), cabeça-denego, coroinha, sempre-viva, abacaxi dourado, toda flor seca que dava na serra a gente pegava. Já panhava ela seca? Não, panhava ela verde. Na hora que abria a gente panhava, fazia os molhos e deixava secar, trazia pra cá no cargueiro e aí mandava pra Congonha do Norte, 2, 3mil quilos.”

O Sistema Nacional de Unidade de Conservação foi concebido a fim de “potencializar” o papel das Unidades de Conservação, de modo que sejam planejadas e

administradas de forma integrada. Para isso, o SNUC é gerido pelas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal).

Partindo desse pressuposto, o SNUC estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação, de modo a contribuir para diversidade biológica, protegendo a fauna e a flora da União e também promovendo a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento (SNUC, 2000). Entretanto, a preservação da comunidade local e suas simbologias, ficam deixadas de lado.

As Unidades de Conservação integrantes do SNUC dividem-se em duas categorias: Unidade de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; já as Unidades de Uso Sustentável almejam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Sendo assim, este trabalho discorrerá sucintamente sobre a Unidade de Proteção Integral e suas características, onde está presente o conflito estudado. Dentro dessa categoria, encontram-se diferentes grupos com distintas propostas, sendo eles: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre.

A Estação Ecológica se caracteriza por preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. Neste sentido, é proibida a visitação pública, exceto para finalidades educacionais, de acordo com o que dispõe o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico (SNUC, 2000. Art 9º § 2º). A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais. Desse modo, a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas (SNUC, art 10º § 3º).

O Monumento Natural almeja preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, que podem ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

Já o Parque Nacional tem como intuito preservar ecossistemas naturais de grande beleza ecológica e beleza cênica; as unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal. De acordo com o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC –os

Parques Nacionais são Unidades de Conservação de Proteção Integral e têm como objetivo básico:

(...) a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (SNUC, art.11, 2000, p.14).

O processo de criação de unidades de conservação, assim, muito comumente deixa de considerar as Comunidades Tradicionais como agentes e aliados importantes na preservação/conservação e na utilização sustentável da biodiversidade brasileira, bem como seu conhecimento sobre a região, que acaba posto de lado e menosprezado.

Observou Diegues (2000):

Essas práticas preservacionistas muitas vezes desrespeitam os direitos civis das populações locais, promovendo o seu deslocamento forçado das áreas transformadas em parques e ignorando seu vasto conhecimento e práticas de manejo de florestas, rios, lagos e ambientes costeiros. Muitos funcionários administradores de parques se comportam como verdadeiros 'senhores feudais', decidindo arbitrariamente a vida de centenas ou mesmo milhares de pessoas (Diegues, 2000,p. 16)

O Parque Nacional da Serra do Cipó que segue o discurso preservacionista alega que a área preservada, livre da interferência humana, possui maior probabilidade de conservação, dicotomiza o Homem e a Natureza. O SNUC coloca mais uma vez as Comunidades Tradicionais à margem.

Falar de Comunidades Tradicionais é compreender o seu manejo no uso múltiplo de uma paisagem tão heterogênea, que é uma característica marcante dessas comunidades, como os plantios de arroz e feijão nas baixadas, o extrativismo vegetal no cerrado, a criação de gado no alto da Serra e, há cerca de quatro décadas, também era freqüente a extração de sementes nos campos rupestres. Em séculos de convivência com os ecossistemas locais, as comunidades construíram complexos saberes ecológicos sobre o manejo das espécies e paisagens que garantiram por gerações a perpetuação de seus modos de vida e ambientes.

A política ambiental brasileira não se atém apenas à preservação das espécies...

Considerações Finais

Como acabar um trabalho que não possui um fim? Como pensar na diferença e nas múltiplas possibilidades de existência, quando a realidade atual da política brasileira se atém às homogeneizações, privatizações e chacinas do povo da terra e da cidade?

Como dizia Deleuze (1992) *Um pouco de possível senão sufoco...*

Decisões recentes (Setembro 2016) do Ministério Público Federal condenam os réus – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a :

“repararem o dano moral coletivo advindo de seu comportamento lesivo, indenizando a coletividade em valor a ser arbitrado por esse Juízo, não inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), levando-se em consideração o caráter pedagógico da indenização, devendo o valor ser depositado em conta judicial vinculada à presente ação e necessariamente destinado à melhoria da qualidade socioeconômica, socioambiental e cultural das comunidades locais, residentes no entorno e no interior do Parque Nacional da Serra do Cipó, em forma a ser decidida coletivamente pelos atingidos, mediante consulta prévia e informada, nos termos da Convenção nº 169 da OIT; também fica decretado que seja o ICMBio condenado a revisar o **plano de manejo** do Parque Nacional da Serra do Cipó, de forma a conciliar as práticas tradicionais das famílias nele residentes com os objetivos da unidade de conservação, garantindo a participação informada da população envolvida, e prevendo sua permanência, bem como a reprodução de seus modos de vida e de suas tradicionais atividades socioeconômicas e culturais; seja o ICMBio condenado a celebrar **termos de compromisso** com os moradores da região, por meio do qual se comprometa a preservar a permanência vitalícia das famílias no local e a permitir o livre exercício do modo de vida tradicional dos moradores, assegurando, outrossim, a prévia e justa indenização aos seus herdeiros, ou mesmo a permanência dos herdeiros que mantenham tais modos de vida, caso assim preferam; condenação dos réus a efetivar ou encaminhar todas as medidas que, em suas respectivas esferas, se façam necessárias para a **recategorização da unidade de conservação** – transformando-a de unidade de proteção integral em **unidade de uso sustentável**, de natureza a ser definida a partir de processo de consulta à população local envolvida; a condenação dos réus, solidariamente, a instalar em todas as residências dos moradores do Parque Nacional da Serra do Cipó **instalações sanitárias com fossa séptica**; a condenação dos réus, solidariamente, a identificar as pessoas e famílias a serem **indenizadas** (aquelas que deixaram sua moradia após a criação do Parque, ou que ainda permanecem na área); a condenação dos réus, solidariamente, a indenizar os ex-moradores da região do Parque Nacional da Serra do Cipó pelos danos materiais sofridos, bem como a indenizar os atuais moradores da área do Parque, residentes na região do Retiro, pelos danos morais sofridos, em valor não inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por família; a condenação dos réus, solidariamente, a criar um **centro de memória na área do atual PARNA Serra do Cipó**, como medida de reparação pelos danos morais sofridos pela população local, e de modo a garantir a preservação da memória dos modos de viver, fazer e criar das comunidades tradicionais dali removidas; a instituição de uma **Comissão da Verdade**, com o objetivo de apurar as violações aos direitos humanos dos ex-moradores do Parque Nacional da Serra do Cipó, ocorridas quando de sua implantação (MPF, p.45, 2016)

As recentes decisões do MPF são pequenos passos de um grande trabalho a ser feito. A transformação da Unidade de Conservação de uso integral para uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável é um grande avanço. Entretanto, dentro de uma RDS, suas práticas tradicionais também são limitadas, neste sentido, faz-se necessário que as Comunidades expropriadas participem de maneira ativa nas decisões que afetam suas vidas diretamente.

A Serra do Cipó durante um longo período foi palco de exploração e apropriações. Seja pelos bandeirantes, na busca por metais preciosos, a serviço da coroa; os naturalistas europeus que trilhavam seus caminhos recolhendo e reconhecendo espécies; a chegada de ambientalistas com discurso preservacionista de natureza intocada e com isso, o aumento do turismo e especulação imobiliária. E hoje, pelos pesquisadores das Ciências Naturais, que vêm naquele espaço um laboratório a ser estudado.

As espécies devem ser preservadas? Certamente. Estudadas e catalogas? Também. O que aqui postulo não é a extinção de preservações e estudos do lugar, pelo contrário... Deve-se incluir os Povos que conhecem, reconhecem e preservaram a região durante muito tempo, e estão sendo colocados à margem de suas histórias com o território. Com as expropriações, os saberes locais não são difundidos, são silenciados e menosprezados.

Diante disso, é relevante investigar a história ambiental e sociocultural das Comunidades Tradicionais que nunca foram visibilizadas e escutadas, ainda vivos e sem indenização; a reemergência do conflito reatualizado pela tentativa recente de expropriação das famílias do Retiro com a notificação do ICMBio em 2013; a busca de reparação dos danos sofridos através da “Comissão dos povos e comunidades tradicionais atingidos pelo Parque Nacional da Serra do Cipó”, e a comparação das similaridades e especificidades com as demais comunidades atingidas por parques ambientais, a partir de uma compreensão histórica e social das políticas ambientais enquanto mecanismo político de expropriação de sujeitos do lugar e sua adequação aos projetos econômicos de base capitalista.

A política ambiental brasileira se atém ao lucro e ao desenvolvimento. Esse desenvolvimento exclui, mata e silencia. Matam índios, quilombolas, Povos Tradicionais. Não há espaço para a diferença, para o saber menor, para os que fogem à norma. Em nome da vida, emerge a cerca. Fazem mosaicos de Parques. Encurralam povos, matam lideranças, e concedem benefícios e possibilidades às empresas de eucalipto, hidrelétrica, soja, fazendeiros. Em nome do desenvolvimento, saberes outros são anulados.

Diante de extermínios, silenciamentos e expropriações o Povo permanece. Criam corpos, se articulam, se consideram Povos da Serra do Cipó, e assim, a memória aparece.

A memória surge e, junto com ela a saudade de um lugar e de modos de vida. Memória que é afeto, que é criação de um novo, memória saudosista, mas potente. Há 30 anos os grupos familiares tradicionais da Serra do Cipó vivem na cidade. Não mais apanham flor, não soltam gado em terreno comum e não trocam suas colheitas com os vizinhos. Lembram de uma Serra, de um território que os constituíram enquanto gente. Lembram das colheitas, do trabalho árduo, das roupas de saco, dos mitos, dos caboclo d'água. Lembram de um passado, com base em um presente, criando um futuro.

*Viva e Reviva erga os seus braços na contramão,
lembra do tempo e dos fatos, eles maltrataram nossos irmãos,
ainda hoje povo de luta levanta a bandeira resiste em terra,
segue dos baques vibra as vitórias... nosso congado aponta a direção certa!¹⁹*

Memória Sempre-Viva!

¹⁹ Música:Práxis no Campo, Poesia: Oscar Triviño

Referência Bibliográfica

- ABREU, Regina. **Memória Social: itinerários poéticos-conceituais**. In: DODEBEI, V.; FARIAS, F.; GONDAR, J. Por que Memória Social. Rio de Janeiro, UNIRIO, 2016
- ACSELRAD, Henri; CAMPELLO, Cecília; MELLO, Gustavo das Neves Bezerra. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSELRAD, H; BEZERRA, G. Inserção econômica internacional e “resolução negociada” de conflitos ambientais na América Latina. In: ZHOURI A; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Minas Gerais: UFMG, 2010
- ADICHE, Chimamanda – **O Perigo de uma História Única**-https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br 2009. Acessado em 18/07/2017
- AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó, SC: Argus, 2009
- ALIER, Joan Martinez. **O Ecologismo dos Pobres: Conflitos ambientais e linguagens de valoração** [Tradutor: Mauricio Waldman]. São Paulo : Contexto, 2007
- ANAYA, Felisa Cançado. **Os Dramas Sociais da Comunidade Tradicional do Retiro: Etnografia do Conflito Ambiental Territorial no Parque Nacional da Serra do Cipó-MG**. UNIMONTES, 2014
- ANAYA, Felisa Cançado; SOUZA, Maria Cecília Freitas. **Conflitos Ambientais Territoriais No Parque Nacional Da Serra Do Cipó**. UNIMONTES, 2014
- BONNEMAISON, J. e CAMBREZY, L. **Le lien territorial : entre frontières et identités**. Géographies et Cultures (Le Territoire) n. 20 (inverno). Paris, L' Harmattan-CNRS, 1996.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 488 p. 16 x 23 cm.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. 2 São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BORN, R. H.; TALOCCHI, S. “Compensações por Serviços Ambientais: sustentabilidade ambiental com inclusão social”. In: BORN, R. H.; TALOCCHI, S. (orgs.). **Proteção do capital social e ecológico: por meio de Compensações por Serviços Ambientais (CSA)**. São Paulo: Peirópolis, p. 27-45, 2002
- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. **O lugar da vida: comunidade e comunidade tradicional**. Campo Território, Uberlândia, edição especial do XXI ENGA, 2012, p. 1-23, jun. 2014.
- BRASIL. (1987, setembro 30) **Decreto Nº 94.984, de 30 de setembro de 1987**. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras e benfeitorias, integrantes do perímetro abrangido pelo Decreto nº 90.223, de 25 de setembro de 1984, que criou o Parque Nacional da Serra do Cipó, no Estado de Minas Gerais. Brasília.

_____, **Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

_____, **Decreto Federal nº 10.884, de 13 de Julho de 2006**. Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

CHAUÍ, M. Os trabalhos da Memória. In: BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. Apresentação. 3º Edição. São Paulo: Cia das Letras. 1994.

CRA. MG – **Moradores históricos estão sendo expulsos de suas terras na área do atual Parque Nacional da Serra do Cipó em nome de uma ‘natureza intocada’ que preservaram ao longo dos tempos**. Combate Racismo Ambiental, 30 Jul. 2013. Disponível em: . Acesso em: 11 Abr. 2014

CREPOP - **Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra**, 2013

DELEUZE, G. – **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988 (capítulo “Um novo cartógrafo”, p. 33-53)

DELEUZE, G, e GUATTARI, F, 1996. Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia. Vol.2, Rio de Janeiro: Editora 34

DIEGUES, Antônio Carlos. **0 mito moderno da natureza intocada**. Sao Paulo: HUCITEC,1996.

_____, A. C. S. & NOGARA, P. 2005 **O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamangá - Parati** - Rio de Janeiro, São Paulo, NUPAUB/CEMAR-USP.

_____. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Editora Hucitec e NUPAUB-Universidade de São Paulo, 2000.

DRUMMOND, Gláucia Moreira [et al] **Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para a sua conservação**, 2 ed – Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005

FERREIRA, Raoni Araújo. **A Serra do Cipó e seus vetores de penetração turística – um olhar sobre as transformações socioambientais**. (Dissertação de Mestrado). UFMG, 2010

FERREIRA, José Carlindo dos S. **Memórias de um Recenseador**. Belo Horizonte: edições Cipó Voador, 1999

FILIPPO, Daniela Campos. **Compreendendo a Relação das Pessoas com as Áreas Naturais da Serra do Cipó (MG). em Meio às Transformações do Espaço**. (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade. 2013

FOUCAULT, M. **Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade**. verve, 5: 260-277, 2004

_____ - **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002 (aula de 7/01/76, p. 3-26)

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, Fany (org.) **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p. 37-41.

GESTA, **Mapa dos Conflitos Ambientais**, Disponível em:<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=564>

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social**, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

_____. **Cinco proposições sobre Memória Social**. In: DODEBEI, V.; FARIAS, F.; GONDAR, J. Por que Memória Social. Rio de Janeiro, UNIRIO, 2016

_____. **Lembrar e esquecer: desejo de memória**. In: COSTA, Icléia T. M.; GONDAR, J. (Org.). *Memória e espaço. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000*

GONTIJO, Bernardo Machado. **A ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó/MG: o caso de Lapinha**. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília. abril 2003

GOULART, Eugênio M. Andrade. **Nos ermos e nas brumas da Serra do Espinhaço**. Belo Horizonte: Coopmed, 2000

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GUHA, Ramachandra. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. IN:

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural á essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERT, Rogério (Org.). **Identidade e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: access, 2007, p. 93-123

_____. **Território e Multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, mar. 2007a

IBAMA, **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**. Brasília, 2000

ICMBio. Portaria n.55: **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira– Encarte 4**. Diário Oficial da União, n.127, Brasília, 6 Jun. 2009d.

LITTLE, Paul E. *Ecología política del cuyabeno: el desarrollo no sostenible de La Amazonía*. Quito: Abya-yala, 1992.

_____. **Espaço, memória e migração: por uma teoria de reterritorialização.** Textos de história, n. 2(4): 5-25. Brasília, 1994

_____. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, 322. Brasília, 2002.

LOURAU, René na UERJ – **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa.** Rio de Janeiro: Eduerj, 1993.

MENDONÇA, Marina de Oliveira. **Territórios, Deslocamentos, Permanências e Transformações: o caso dos Caiçaras da Praia Grande da Cajaíba/ Paraty, Rj.** São Paulo 2010.

MMA, **Plano de Manejo.** Disponível em www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo. Acesso em 03/08/2017

MPF. **Recomendação MPF/MG (sem número).** Belo Horizonte, 2 Ago. 2013b

MPF. **Cumprimento da Sentença em Ação de Desapropriação** – Processo nº 2000.38.00.08183-3. Belo Horizonte: Ministério Público Federal, 4 out. 2013.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. **Mapa mental: recurso didático para o estudo do lugar** In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Geografia em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212, 1992

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: **Usos e Abusos da História Oral** 8. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e outros (orgs). **História Oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000

_____. História Oral e Poder, In: **Mnemosine** Vol.6, nº2, p. 2-13 (2009)

PORTO, M. F. S.; SCHÜTZ, G. E. **Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios.** Ciência & Saúde Coletiva, v.17, n.6, p.1447-1456, 2012.

PROUS, André. Histórico das pesquisas no abrigo de Santana do Riacho e nos arredores (Serrado Cipó), in **Arquivos do Museu de História Natural – UFMG.** Belo Horizonte, 1991

RIBEIRO, B. G. & DRUMOND, M. A. O Termo de Compromisso como ferramenta para a gestão de conflitos em Unidades de conservação. **Anais do VI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social: Áreas protegidas e inclusão social – Tendências e perspectivas**, pp.15-20, 2013

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 1978

SANTOS, Maria Stela Ferreira dos; DAPIEVE, Sônia Vieira. **Implantação do Parque Nacional da Serra do Cipó: mitos e realidade**. (monografia) Pós-graduação lato sensu em Educação Ambiental. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais de Minas Gerais. 1998.

SIMIELLI, Maria Elena. **Cartografia no ensino fundamental e médio**. In: A Geografia em sala de aula. São Paulo: Contexto, 1999.

SOCT/CETEC. **Relatório das principais atividades realizadas para a implementação do Parque Estadual da Serra do Cipó**. Belo Horizonte: Sistema Operacional de Ciência e Tecnologia (SOCT) / Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC), ago. 1982a.

SOCT/CETEC. Anexo 8.1. In: _____ **Relatório das principais atividades realizadas para a implementação do Parque Estadual da Serra do Cipó**. Belo Horizonte: Sistema Operacional de Ciência e Tecnologia (SOCT) / Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC), ago. 1982b.

SOUZA, Leonardo Vasconcelos. **É Parque, mas nem tão parque assim: Representações acerca do Parque Nacional da Serra Do Cipó**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2014

VIDAL, Fernanda Blanco. **Saudade Sim, Tristeza Não: Memória do deslocamento compulsório e da reconstrução da vida dos atingidos pela barragem de Pedra do Cavalo em Santo Estevão (Bahia)**. (Dissertação de Mestrado), UFBA, 2012.

ZHOURI, Andréa & LASCHEFSKI, Klemens (org). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2010

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice Barros (Orgs). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K., PAIVA, A. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A; PERREIRA, D.B.; LASCHEFSKI, K. (Orgs). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental – Desenvolvimento e Conflitos Sócioambientais** 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

ZHOURI, A. e OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. In: **Ambiente e Sociedade**, V. X, N. 2, Jul./Dez.2007, p. 119-136.

ZHOURI A. & ZUCARELLI, M. C. **Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais - Notas Preliminares de Uma Pesquisa em Andamento**. In: IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília-DF, 2008.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **Vozes da Resistência: Mapeando os conflitos ambientais no estado de Minas Gerais**. Caxambu- ANPOCS, 2006

